autuado por Helizenir Correia dos Santos em 13/10/2026 15:56:53.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JOÃO ANANIAS

TIPO DA REUNIÃO: Audiência Pública
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 07 de Outubro de 2026

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão
- Exposição em língua estrangeira

Matéria AUD 325/2026. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 13/10/2026 e juntado ao PL 752/2026 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768930.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 13/10/2026 15:56:53.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Bom dia a todos e a todas.

Há número legal. Estão presentes os Vereadores e as Vereadoras: Alessandro Guedes, Ana Carolina Oliveira, André Santos, Gilberto Nascimento, João Ananias, Keit Lima, Major Palumbo, Marcelo Messias e Vereador Eli Corrêa.

Na condição de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 1ª Audiência Pública Geral da Comissão de Finanças e Orçamento, convocada para hoje, 7 de outubro de 2026, no Salão Nobre Presidente João Brasil Vita, 8º andar, e Auditório Virtual.

Esta audiência pública trata do PL 752/2026, do Executivo, encaminhado pelo Prefeito Ricardo Nunes, que estima a receita e fixa a despesa do município de São Paulo para o exercício de 2027.

Para saber mais sobre o PL 752/2026, do Orçamento de 2027, basta acessar o endereço do *hotsite*: www.saopaulo.sp.leg.br/orcamento2027/entenda/.

Ademais, declaro abertos os trabalhos da 20ª Audiência Pública Semipresencial desta Comissão, para a presente data e local.

Informo que esta reunião está sendo realizada de forma semipresencial no Auditório Prestes Maia, 8º andar, e através do aplicativo Microsoft Teams, é transmitida ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online, e pelos canais da Câmara Municipal de São Paulo no YouTube e no Facebook.

O convite para esta audiência pública vem sendo publicado no *Diário Oficial da Cidade* desde o dia 2 de outubro de 2026, e foi publicado nos jornais *O Estado de S. Paulo,* no dia 3 de outubro de 2026, e *Folha de S. Paulo,* no dia 1º de outubro de 2026.

As inscrições para o pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo, no dia 1º de outubro de 2026, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/audienciaspublicas.

Foi um período corrido, mas gostaria de fazer uma homenagem à nossa Maria do

Matéria AUD 325/2026. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 13/10/2026 e juntado ao PL 752/2026 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768930.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 13/10/2026 15:56:53.

Carmo Guido Di Lascio, a Cacá, pelos grandes serviços prestados à cidade. Peço um minuto de silêncio por ela e também ao Daniel Honorato da Silva, pai da Vereadora Keit Lima. Gostaria de pedir um minuto de silêncio por eles.

- Minuto de silêncio.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – As inscrições estão abertas. A quem desejar, a mesa de inscrição está disponível ao lado.

Gostaria de convidar para fazer parte da Mesa: primeiro, o nobre Vereador Marcelo Messias, que chegou há pouco, obrigado a comparecer por ser nosso Relator; Sr. Luis Felipe Vidal Arellano, Secretário Municipal da Fazenda; Sra. Cibele Molina, Secretária Municipal de Planejamento e Eficiência, que vai detalhar e responder a tudo; Sr. Domingos Dissei, Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, representado por Luciano Teixeira, Auditor de Controle Externo; e o Sr. Paulo Frange, Secretário-Chefe da Casa Civil, acompanhado da Sra. Denise Ramos, a Kiki, Secretária-Adjunta da Casa Civil. E, claro, o convite se estende a todos os Vereadores presentes que desejarem participar.

Antes de iniciar, gostaria de agradecer aos intérpretes de Libras, a Sra. Lays Faria Marques Batista e o Sr. Thiago Batista da Silva.

Passo a palavra ao Sr. Luis Felipe Vidal Arellano, Secretário Municipal da Fazenda.

O SR. LUIS FELIPE VIDAL ARELLANO – Bom dia a todos e a todas.

Bom dia, Sr. Presidente desta Comissão, demais Vereadores presentes, cidadãos e cidadãs. É sempre uma satisfação estar presente com vocês para discutir esse tema tão importante que é o orçamento da cidade de São Paulo.

Eu vou dividir a apresentação com a minha colega, a Secretária Municipal de Planejamento e Eficiência, a Sra. Cibele Molina, que começará apresentando uma visão geral do orçamento e, em seguida, retomo a palavra com os dados principais da receita. Depois, passarei a palavra novamente para ela com o objetivo de que falemos sobre as despesas, ficando, ao final, à disposição para tirar dúvidas e ouvir comentários e sugestões, tanto da Câmara quanto dos cidadãos. Está bem?

Matéria AUD 325/2026. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 13/10/2026 e juntado ao PL 752/2026 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768930.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 13/10/2026 15:56:53.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Sr. Secretário. Com a palavra, a Sra. Cibele Molina, Secretária Municipal de Planejamento e Eficiência.

A SRA. CIBELE MOLINA – Olá, bom dia a todos. Primeiro, gostaria de agradecer a presença de todos os presentes e cumprimentar toda a Mesa. Este é um momento muito importante para conversarmos e discutirmos o orçamento da cidade, uma peça que foi elaborada com muita responsabilidade, refletindo as prioridades da gestão.

Antes da apresentação, gostaria de prestar uma homenagem póstuma ao nosso querido Secretário Clodoaldo Pelizzoni, que esteve à frente da Seplan até meados deste ano, quando nos deixou repentinamente. Era um gestor público extremamente comprometido, eficiente e experiente, que gostava muito de vir a esta Câmara ouvir a população. Para mim, é uma honra e uma responsabilidade enorme sucedê-lo.

Estou à disposição da Casa para iniciar a apresentação.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Sra. Secretária de Planejamento e Eficiência.

Caso o Secretário-Chefe da Casa Civil, Paulo Frange, ou a Secretária -Adjunta da Casa Civil, Denise Ramos, desejem falar, fiquem à vontade.

Passo a palavra ao representante do Presidente do Tribunal de Contas, o auditor Luciano Teixeira.

O SR. LUCIANO TEIXEIRA – Primeiramente, bom dia.

Saúdo a todos e a toda a população que nos acompanha nesta importante audiência pública de discussão do orçamento do município para o ano que vem.

Deixo os cumprimentos a todos os Vereadores, ao Presidente da Mesa, aos Secretários das Secretarias da Fazenda e de Planejamento e Eficiência. Tivemos a oportunidade de enviar nosso pesar pelo falecimento do Sr. Clodoaldo Pelizzoni, e reitero nossas condolências, pois nos deixou muito repentinamente.

Meu nome é Luciano, sou Coordenador da Coordenadoria de Fiscalização de Contas Públicas, a coordenadoria técnica do Tribunal responsável pelas auditorias financeiras e

Matéria AUD 325/2026. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 13/10/2026 e juntado ao PL 752/2026 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768930.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 13/10/2026 15:56:53.

econômicas. Entre essas auditorias, realizamos os procedimentos de análise relacionados aos projetos de lei orçamentária: o PLDO e o PLOA.

Hoje, especificamente, estamos discutindo o PLOA. Os trabalhos se iniciaram tão logo a Prefeitura protocolou este projeto de lei na Câmara e se estenderão até meados de novembro, quando oportunamente apresentaremos a esta Comissão o relatório com os achados de auditoria.

Reforço o compromisso do Tribunal: enviaremos representantes das Coordenadorias da Secretaria de Controle Externo a todas as audiências públicas e temáticas. Sempre haverá um representante do Tribunal de Contas acompanhando as discussões da população.

Destaco, mais uma vez, a importância desta audiência pública e o compromisso do Tribunal em acompanhar esses trabalhos, não só por meio da nossa Coordenadoria de Fiscalização, que produzirá o relatório final a ser apreciado por esta Comissão, mas também através do acompanhamento das audiências temáticas por todos os auditores da Secretaria de Controle Externo.

Essas são as considerações iniciais do Tribunal de Contas. Permanecemos à disposição para acompanhar as discussões e responder a eventuais dúvidas. Uma boa audiência a todos.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Sr. Luciano Teixeira. Abrimos as inscrições ao lado. Assim que terminar a apresentação, vamos encerrar as inscrições.

Com a palavra a Sra. Cibele Molina, Secretária Municipal de Planejamento e Eficiência.

A SRA. CIBELE MOLINA – Esta é a primeira audiência de um ciclo que teremos ao longo do próximo mês.

Como já mencionei, a peça foi elaborada com muita responsabilidade, atendendo a todos os dispositivos legais previstos nas diversas legislações. Cumpre as obrigações constitucionais e busca, principalmente, garantir a manutenção de toda a rede de serviços e equipamentos da Prefeitura de São Paulo. Na verdade, não apenas garantir como também

Matéria AUD 325/2026. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 13/10/2026 e juntado ao PL 752/2026 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768930.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 13/10/2026 15:56:53.

ampliar o atendimento à população e melhorar a vida das pessoas.

A nossa peça está articulada, como não poderia deixar de ser, com outros instrumentos de gestão, como o Plano Plurianual, o Programa de Metas, o Plano Diretor da cidade e outros diversos planos setoriais.

Este encontro nosso hoje é uma segunda oportunidade de a população participar na construção desta peça, lembrando que, ao longo do ano passado, fizemos todo o processo do ciclo participativo do Orçamento Cidadão, para o qual são destinados 320 milhões para propostas indicadas pela população e priorizadas, selecionadas pelos conselhos participativos territoriais.

A proposta também considera, como não poderia deixar de ser, as diferenças dos territórios e traz também orçamentos temáticos que identificam, dentro das ações e dotações de diversos órgãos, os recursos necessários para atender determinados públicos que têm desafios específicos.

Nesse recorte temático, temos orçamento da pessoa idosa, que é uma novidade da LOA do próximo ano, uma demanda da sociedade civil, que esteve aqui no ano passado e que foi recebida pela Casa Civil diversas vezes, e nós atendemos a essa demanda. Há também o orçamento das mulheres, primeira infância, igualdade racial e pessoa com deficiência, além do orçamento climático, que foi a novidade da LOA que está vigente agora em 2026.

Então, vou passar para o Secretário da Fazenda, Luis Arellano, para apresentação das receitas e depois sigo a apresentação.

O SR. LUIS FELIPE VIDAL ARELLANO – Bom, muito obrigado.

Gostaria apenas de pedir, se a gente puder, para ir para o capítulo das receitas na apresentação.

Então, começo com uma contextualização do cenário econômico. O cenário econômico afeta muito a nossa projeção de receitas e, consequentemente, os recursos que a cidade vai ter disponíveis para fazer os seus investimentos, para financiar as políticas públicas. A gente está trabalhando com um cenário de consenso do mercado, que é um cenário de crescimento do PIB moderado, de apenas 1,6%. No caso do PIB de serviços, é um desempenho

Matéria AUD 325/2026. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 13/10/2026 e juntado ao PL 752/2026 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768930.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 13/10/2026 15:56:53.

um pouco melhor.

E por que a gente faz essa separação entre o PIB geral e o PIB de serviços? Porque boa parte das receitas municipais são afetadas muito mais pelo PIB de serviços do que pelo PIB geral, no qual você tem componentes como, por exemplo, agricultura, comércio, que não são base de arrecadação da Prefeitura. E há um cenário de inflação seguindo ainda acima da meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional, num nível estimado de 4,22%.

Embora tenha ficado bem pequeno para a gente enxergar no *slide*, vou falar os principais números para vocês. A gente está falando de uma receita corrente no ano de 2027 projetada na LOA de R$ 121,468 bilhões de reais, o que, frente à LOA de 2026, representa um crescimento de 9,15%.

Essas Receitas Correntes se abrem em receitas de impostos, taxas e contribuições de melhoria, que são a principal fonte de receitas municipais, em que a gente encontra R$ 81,9 bilhões estimados para 2027, o que representa um crescimento de 11,88% em relação à lei orçamentária vigente agora em 2026.

Outros destaques que temos são a receita de transferências correntes, com R$ 28,8 bilhões, um crescimento bem mais modesto do que nas receitas próprias. Em relação às receitas de transferência correntes, a gente tem uma previsão de crescimento de apenas 3,77%. Só para que todos os entendam, a gente está falando de transferências de outros entes da federação, normalmente da União e do estado, para o município de São Paulo.

Então, o que a gente vê com isso é que as receitas próprias do município de São Paulo, os impostos, taxas, contribuições, vão crescendo a um nível consideravelmente acima do crescimento da inflação, do crescimento econômico do país, o que revela o dinamismo da economia da cidade de São Paulo e a nossa capacidade arrecadatória.

Mas, por outro lado, a gente tem um crescimento muito modesto da rubrica de transferências, o que significa que temos que contar cada vez mais com os nossos próprios meios de arrecadação para financiar as nossas despesas, não podendo contar com transferências que venham do estado e da União, principalmente.

Matéria AUD 325/2026. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 13/10/2026 e juntado ao PL 752/2026 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768930.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 13/10/2026 15:56:53.

Do lado das Receitas de Capital, temos uma ligeira queda, saindo de R$ 13,8 bilhões no ano de 2026 para R$ 12,9 bilhões em 2027. E os principais responsáveis por essa ligeira queda são uma menor captação de operações de crédito. As operações de crédito continuam tendo uma importância grande para os investimentos, com R$ 8 bilhões projetados, mas num nível um pouco menor do que o previsto para o ano de 2026, principalmente por conta de uma redução na rubrica de outras receitas de capital, em que a gente vai encontrar as receitas com os CEPACs e outorgas onerosas do direito de construir, que são aquelas receitas decorrentes do direito alienado à construção de metros quadrados na cidade de São Paulo. Então, está muito ligado ao mercado imobiliário na cidade de São Paulo, aos novos projetos imobiliários aprovados na cidade.

Isso nos leva, então, a um incremento total da receita em 2027 em relação à lei orçamentária de 2026, de 6,6%. É um bom incremento da receita, sobretudo porque puxado pelas receitas próprias, mas não é um incremento excepcional.

Nesta tabela apresentada, a gente enxerga aquela mesma receita, só que dividida por fonte de recursos. A fonte, digamos assim, privilegiada, a fonte mais importante para a cidade de São Paulo, é aquela que a gente chama de Fonte 00, que é a fonte do recurso do Tesouro Municipal.

E por que dizemos que ela é a mais importante? Porque é um recurso livre, não tem nenhum tipo de vinculação. A cidade pode utilizar da forma que achar mais apropriada dentro da discussão do orçamento público. Então, é aqui no orçamento público que vamos decidir como gastar esses recursos.

Outras fontes, como, por exemplo, a fonte de transferências federais, fontes de recursos próprios do Tesouro, mas vinculados, já têm uma vinculação, já têm uma destinação fixada, seja na Constituição Federal, seja em outras leis aprovadas no passado. Então, o grau de discricionariedade ou flexibilidade que temos para decidir como usar esse recurso é bem menor do que o grau para decidir em relação aos recursos da Fonte 00.

Então, o Tesouro Municipal, os recursos livres do Tesouro Municipal vão representar,

Matéria AUD 325/2026. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 13/10/2026 e juntado ao PL 752/2026 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768930.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 13/10/2026 15:56:53.

em 2027, estima-se, R$ 97,5 bilhões, o que representa 66% da proposta orçamentária como um todo, seguido das transferências relativas ao fundo constitucional de educação, que é o Fundeb, com R$ 9 bilhões.

Depois vêm os recursos vinculados à previdência social. Na verdade, em relação à previdência social, é um pouco maior até do que o Fundeb, com R$ 16 bilhões, representando 10% do total do orçamento. E, em seguida, recursos vinculados do Tesouro Municipal, com R$ 8 bilhões e operações de crédito, também com R$ 8 bilhões. Essa é a principal divisão da receita por fonte de recursos.

Neste *slide*, trazemos, como um destaque, as principais receitas de natureza tributária da Prefeitura. E por que esse destaque? Porque, de novo, são as principais receitas que financiam a quase totalidade das despesas realizadas dentro do orçamento. E aqui, dentro das receitas tributárias, o destaque principal fica por conta do Imposto Sobre Serviços, que é a principal fonte de arrecadação da cidade de São Paulo, com R$ 47 bilhões no ano que vem, o que representa um crescimento de aproximadamente 13% sobre o ano de 2026, um crescimento bastante positivo. Mas trago também um comentário que sempre costumo fazer sobre o impacto futuro que teremos com a reforma tributária, uma vez que ela vai extinguir o ISS e substituí-lo por um imposto compartilhado entre estados e municípios, o IBS, Imposto sobre Bens e Serviços. A arrecadação do IBS tende a ser, para a cidade de São Paulo, menor do que a do ISS.

Isso começa a ter um pequeno efeito em 2027, ainda muito moderado – já vou explicar –, mas, a partir de 2029, passamos a ter um efeito mais forte. Então, é algo a que precisamos estar atentos, não para a LOA do ano que vem, mas para os anos seguintes.

Depois do ISS, temos a arrecadação de IPTU, com R$ 19,4 bilhões estimados para o ano que vem, o que representa um acréscimo de 10,7%. O principal efeito ainda decorre daquela atualização da Planta Genérica de Valores aprovada em 2024, com um teto de elevação do IPTU ano a ano. Ainda estamos naquela trava, e por isso esse incremento de 10%.

Temos ainda um crescimento de 8% estimado na cota-parte do ICMS. O ICMS é um imposto estadual, mas o município de São Paulo, como todos os municípios, tem direito a 25%

Matéria AUD 325/2026. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 13/10/2026 e juntado ao PL 752/2026 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768930.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 13/10/2026 15:56:53.

do total arrecadado pelo estado com o ICMS. Esses 25% vão equivaler, em 2027, a R$ 12 bilhões, segundo nossa estimativa.

Em seguida, o Fundeb, com R$ 9 bilhões, e o ITBI, imposto que incide sobre transações imobiliárias. Estimamos que ele continuará crescendo, de R$ 4,6 bilhões para R$ 5 bilhões, um incremento de 16%, bastante forte, que mostra o dinamismo do mercado imobiliário na cidade de São Paulo.

Depois, o IR, imposto de renda, com R$ 5 bilhões. O imposto de renda é um imposto federal, mas a cidade de São Paulo fica com todo o imposto de renda retido na fonte sobre pagamentos feitos pela Prefeitura de São Paulo, conforme previsto na Constituição Federal. Isso vai equivaler a R$ 5 bilhões no ano que vem.

O IPVA, que pagamos sobre os nossos carros, também é um imposto estadual, mas o município recebe 50% do total arrecadado pelo estado: serão outros R$ 5 bilhões. E as transferências da saúde somam R$ 4 bilhões.

A última linha daquela tabela, bem pequenininha, é justamente o IBS, o Imposto sobre Bens e Serviços, de que falei aos senhores, um novo imposto que surge com a reforma tributária, aprovado em âmbito federal para substituir o ISS. A partir do ano que vem, ele começa a ser cobrado, mas com uma alíquota bem baixinha, de 0,1%, e a cidade de São Paulo já começa a receber uma parte desse recurso arrecadado pelo Comitê Gestor do IBS, que no ano que vem deve totalizar R$ 162 milhões, ainda bem pouco em comparação com as outras fontes de receita.

Com isso, encerro a apresentação relativa às receitas, passando a palavra para a minha colega.

A SRA. CIBELE MOLINA – Antes de entrar nas despesas, quero fazer um esclarecimento. Como vocês já sabem, o projeto de lei orçamentária é muito denso: são mais de cinco mil dotações, mais de mil páginas. Ele está organizado em cinco seções e seis cadernos, que obviamente estão disponíveis no *site* da Seplan e no *site* da Câmara.

Para facilitar a comunicação dessa peça com a população, facilitar as consultas e dar mais transparência, a Seplan preparou um painel do PLOA 2027, que já está *on-line* no nosso

Matéria AUD 325/2026. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 13/10/2026 e juntado ao PL 752/2026 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768930.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 13/10/2026 15:56:53.

site. Acessem esse trabalho da Coordenadoria de Processo Orçamentário e de todo o time da Seplan. Fica aqui o meu agradecimento pelo empenho e pelo trabalho de todos na montagem dessa peça desafiadora.

Agora, vamos às despesas. As despesas estão fixadas em R$ 146,52 bilhões. Como colocou o Secretário Luis Felipe Vidal Arellano, 66% desses recursos são próprios, o que mostra a autonomia da cidade de São Paulo para garantir as suas políticas públicas.

Dentro desse montante, temos R$ 74,6 bilhões previstos para outras despesas correntes e R$ 45,9 bilhões para pessoal e encargos sociais, praticamente um terço do orçamento. Os investimentos somam R$ 18 bilhões, que, somados às inversões financeiras de mais R$ 2,2 bilhões, chegam a R$ 20 bilhões de investimentos previstos na cidade. São R$ 2,5 bilhões para amortização da dívida, mais R$ 2,3 bilhões para juros e encargos da dívida, e uma reserva de contingência de R$ 330 milhões, conforme prevê a nossa LDO, aprovada por esta Casa alguns meses atrás.

Trouxe como destaque um histórico dos investimentos e inversões financeiras da cidade. É impressionante a ampliação da capacidade de investimento da Prefeitura. Isso é resultado de uma série de ações da gestão do Prefeito Ricardo Nunes, a começar pela renegociação da dívida feita com o Governo Federal na gestão anterior, passando pela coragem que o Executivo, com esta Casa, teve de fazer a reforma da Previdência Municipal. Também contribuíram as ações de inteligência de combate à fraude da Secretaria Municipal da Fazenda, a renegociação de dívidas com o apoio da PGM e a política de atração de empresas para a nossa cidade.

Foram mais de cem mil empresas que mudaram suas sedes para São Paulo. Um milhão de negócios foram criados em cinco anos. Isso aumenta a nossa arrecadação, mesmo sem aumento nem criação de nenhum imposto. Todas essas ações juntas permitiram que saíssemos de um patamar de R$ 5 bilhões de investimento em 2021 para R$ 20 bilhões no próximo ano.

Destaco que o maior investimento é na eletrificação da frota, numa frota de ônibus

Matéria AUD 325/2026. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 13/10/2026 e juntado ao PL 752/2026 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768930.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 13/10/2026 15:56:53.

mais limpa, tanto com ônibus elétricos como a biometano; em ações de drenagem; e no Programa Pode Entrar, que é o maior programa habitacional da cidade. Vou detalhar esses investimentos também por temas, para vermos um a um.

Na saúde, chegamos a um orçamento de R$ 27,7 bilhões na nossa proposta, um aumento de 9,2% na comparação com o ano anterior. É importante destacar que não estou falando da Secretaria Municipal da Saúde nem da função saúde: fizemos destaques temáticos que agregam várias dotações, às vezes até de funções diferentes.

Desse total, cerca de R$ 1 bilhão está previsto para investimento, para continuar ampliando a nossa rede. Ontem a gestão entregou a 35ª UPA da cidade. Chegamos a 485 UBSs. Já são 125 equipamentos entregues, o que acho notável. A população percebe que vazios assistenciais foram preenchidos por equipamentos que prestam bons serviços.

Na saúde, destaco também a participação dos recursos municipais nessa conta. Se, dez anos atrás, a Prefeitura colocava cerca de 75% dos recursos, e o Governo Federal, os outros 25%, hoje temos uma realidade em que somente 13% dos recursos vêm do Governo Federal. Sabemos também que essa não é uma realidade só de São Paulo e que, cada vez mais, os municípios são responsáveis por arcar com essa conta da saúde.

Destaco ainda, dentro desse valor de R$ 27,7 bilhões, R$ 10,2 bilhões para a atenção básica e mais de R$ 11 bilhões para a assistência ambulatorial e hospitalar. Os investimentos somam R$ 1 bilhão, também para conseguirmos terminar as reformas dos hospitais da rede direta.

A educação sai de R$ 30,5 bilhões no PLOA do ano passado para R$ 33 bilhões neste ano. Como o Secretário Arellano também já colocou, cerca de 27% desse valor vêm do Fundeb.

Só na educação infantil, prevemos R$ 14,7 bilhões para fortalecer a aprendizagem na educação básica, para manter a nossa fila da creche zerada. Também na educação, R$ 1 bilhão de investimento, e, desse R$ 1 bilhão, cerca de R$ 400 milhões são para os novos CEUs.

Em habitação e saneamento, chegamos a R$ 5,5 bilhões, com destaque para o

Matéria AUD 325/2026. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 13/10/2026 e juntado ao PL 752/2026 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768930.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 13/10/2026 15:56:53.

Programa Pode Entrar. Este é o quarto ano seguido em que esse programa tem mais de R$ 1 bilhão previsto em investimento. No início do programa, em 2024, quando estavam sendo feitas as principais contratações e os inícios das obras, alcançamos um recorde de R$ 2,4 bilhões empenhados; agora temos mais R$ 1 bilhão de investimento, o quinto maior investimento da cidade, para finalizarmos 43 mil casas em andamento através do programa.

Outro destaque nesse tema é a drenagem, que tem a segunda maior dotação de investimento dessa PLO de 2027: 1,6 bilhão para terminarmos os 9 reservatórios e trabalhar na urbanização de favelas. São muitas obras que estão em andamento; e quando somamos o custeio com o sistema de drenagem, com todas as dotações relacionadas, chegamos a R$ 2,3 bilhões de investimento em drenagem na cidade. Esse é também um ponto prioritário para a gestão, e estamos já quase batendo R$ 12 bilhões de investimentos e custeio, acumulados desde 2021.

No transporte e urbanismo, temos um total de R$ 30, 8 bilhões, com vários órgãos envolvidos, com destaque, como já falei no início, para a questão da frota municipal. É uma frota mais limpa, com investimentos previstos de mais de R$ 2 bilhões em ônibus elétricos e mais de R$ 500 milhões em ônibus a biometano.

Lembro que essa política pública, essa ação faz parte de um conjunto maior de eletrificação da frota da gestão. Nossos contratos do lixo, por exemplo, preveem também a substituição de toda a frota por caminhões a biometano. Da mesma forma, a SPTrans também está substituindo sua frota operacional. Enfim, são vários tipos de veículos que estão sendo substituídos por outros de matrizes mais limpas de energia.

Há também investimento direcionado aos novos corredores, muitos dos quais em obras na cidade. O último concluído foi o da Avenida Imirim, na Zona Norte. Há também, em andamento, o BRT Aricanduva e o BRT Radial. O BRT Teotônio Vilela é importante na Zona Sul, e o de Itapecerica deve ser entregue o até o final deste ano, início do ano que vem. Enfim, são muitos novos investimentos feitos na área do transporte público e da mobilidade.

Próximo tema, segurança pública. Pela primeira vez, a segurança pública ultrapassa

Matéria AUD 325/2026. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 13/10/2026 e juntado ao PL 752/2026 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768930.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 13/10/2026 15:56:53.

os R$ 2 bilhões em investimentos. Apesar de constitucionalmente não ser responsabilidade do município, o Prefeito Ricardo Nunes sempre colocou a segurança como central no planejamento da Prefeitura. O Programa de Metas na área de segurança pública já atingiu vários objetivos, dentre os quais destaco o Smart Sampa, que chegou a 50 mil câmeras e que, provavelmente, deverá ter sua meta ampliada na próxima revisão do Programa de Metas.

Por fim, a assistência social, com uma previsão de R$ 4,1 bilhões, mostrando um aumento em relação à LOA de 2026, quando tivemos um orçamento de R$ 3,9 bilhões. São Paulo tem uma rede assistencial considerada a maior da América Latina. Estamos desenvolvendo novas políticas públicas, como o Programa Reencontro, que tem como conceito o *Housing First*, desenvolvido principalmente na Europa. O Prefeito Ricardo Nunes trouxe esse programa para São Paulo, que tem dado bons frutos e acolhido muitas famílias, somando-se às 24 mil vagas de acolhimento já existentes para a assistência devida aos moradores de rua e a todos os que dependem da nossa rede socioassistencial.

Nesse segmento inclui-se também o Programa de Segurança Alimentar. Vamos continuar com a política de Armazém Solidário, que está virando modelo para outras cidades do mundo.

Trago, agora, a distribuição da despesa por órgão. E, conforme está disponibilizado também no nosso Painel da PLOA, destaco os cinco órgãos que representam as cinco maiores despesas. Em primeiro lugar, a Secretaria Municipal de Educação, com R$ 29,31 bilhões. Depois, o Fundo Municipal de Saúde, com R$ 26, 4 bilhões. Encargos Gerais, R$ 22,5 bilhões previstos. Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Transporte, R$ 13,9 bilhões. E o Fundo Previdenciário – FUNPREV, com R$ 8,9 bilhões.

Agora, os destaques intersetoriais, começando pela inovação, que é o orçamento da pessoa idosa, com valor previsto de R$ 6,3 bilhões. É importante ressaltar que, quando falamos de destaques setoriais, não são um orçamento à parte, mas um recorte já dentro dos R$ 146 bilhões, nos quais agregamos e monitoramos ações e dotações de todos os órgãos da Prefeitura cujos projetos têm o público idoso como principal público-alvo. Nesse item, houve aumento de

Matéria AUD 325/2026. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 13/10/2026 e juntado ao PL 752/2026 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768930.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 13/10/2026 15:56:53.

11% em relação ao previsto no PPA.

O próximo item é o orçamento climático, com previsão de R$ 33 bilhões, um instrumento de gestão muito importante que planificou gastos em investimentos em meio ambiente e proteção à natureza, mapeou, em todas as pastas, todas as ações que estão relacionadas a esse tema e está monitorando os resultados de todas elas. O resultado desse planejamento é que a área do verde e do meio ambiente, ao lado da segurança, é a que mais tem avançado e a que tem a melhor evolução no Programa de Metas da cidade. Esta é a importância do planejamento orçamentário: os reflexos que ele produz na execução das nossas políticas.

O orçamento da igualdade racial vem com R$ 11 bilhões, e todos os orçamentos a seguir estão com aumento em relação ao previsto pelo PPA. O orçamento da mulher prevê R$ 15,2 bilhões. Como falei no início, aqui estão agregados todos os órgãos e políticas: saúde, segurança, educação, assistência, direitos humanos, *etc*. O orçamento da pessoa com deficiência é de R$ 3,3 bilhões, com destaque para os novos Centros TEA. A gestão já entregou um centro, outro está em obras e mais dois estão previstos. E, para a primeira infância, há um valor orçado previsto de R$ 23 bilhões.

Sobre a regionalização do orçamento no planejamento orçamentário, conseguimos regionalizar uma parte das despesas. Para o Centro, um valor previsto de cerca de R$ 10 bilhões; para a Zona Leste, R$ 29 bilhões, para a Zona Norte, R$ 15 bilhões; para a Zona Oeste, R$ 7 bilhões; e para a Zona Sul, R$ 24 bilhões.

As Zonas Leste e Sul, as mais populosas da cidade, têm o maior valor de orçamento regionalizado. Na proposta, ficam não regionalizáveis R$ 60 bilhões. Porém, após a execução, conseguimos regionalizar uma boa parte desse valor através do nosso índice de regionalização, que foi desenvolvido pela Fundação Tide Setúbal.

Agora, rapidamente, o orçamento cidadão. Entre abril e maio, houve a recepção das propostas e audiências públicas. Depois, os CPMs priorizaram as propostas, e os órgãos da Prefeitura fizeram a análise de viabilidade. Houve uma fase para interposição de recursos;

Matéria AUD 325/2026. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 13/10/2026 e juntado ao PL 752/2026 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768930.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 13/10/2026 15:56:53.

depois, uma fase de revisão desses recursos. Na sequência, os Conselhos Participativos indicaram os remanescentes. Foram feitas novas audiências, com as devolutivas *on-line;* e aí, no ano que vem, vamos monitorar de perto, como já fazemos com a LOA deste ano, a evolução desses compromissos assumidos.

Total de compromissos assumidos, 296; sendo 44 com recursos próprios, e 252 com recursos do orçamento cidadão, que destina 10 milhões para cada Subprefeitura, totalizando 320 bilhões. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Secretária Cibele Molina.

Vamos passar para os inscritos. O primeiro inscrito, André Luiz, Rapper Pirata, do Fórum do Hip Hop.

O SR. ANDRÉ LUIZ (RAPPER PIRATA) - Bom dia. Eu não ia fazer isso para ganhar tempo, mas vou fazer. Na pessoa do Presidente da Comissão, cumprimento todos os Vereadores; na pessoa dos funcionários públicos da Casa, cumprimento todos os funcionários públicos da cidade; e contra o genocídio da juventude pobre periférica, cumprimento todos os cidadãos.

Vocês perceberam que aumentou 3 bi para a segurança pública, e não falou sobre direitos humanos?

Vocês perceberam que colocaram um dado de 11 bilhões para a questão preta, só que eles pegaram o montante, vários recursos, mas na Secretaria específica não rola?

Vocês perceberam que os dados que falaram de um “X” valor vai para outro valor?

E aí vou para a cultura. Vocês ouviram eles falaram de cultura? Não.

Então, a Prefeitura de São Paulo resolveu centralizar a cultura. O Sr. Totó, liga, nome de cachorrinho, veio aqui, e não tem palavra. Falou que ia fazer o Conselho de Cultura, não existe na cidade. A cidade não fala com a população, a cultura que eles falam é centralizada, 47 milhões de reais ficam na Virada Cultural.

Nada contra esses bagulhos, só que aí há os fomentos. Os editais do hip-hop não saíram até agora, o valor está congelado, segurando lá, tipo assim, o edital sai este ano, mas

Matéria AUD 325/2026. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 13/10/2026 e juntado ao PL 752/2026 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768930.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 13/10/2026 15:56:53.

não sabe se sai o ano que vem. As culturas referentes, tipo, fomento à periferia, os caras atrasaram tudo, colocaram por um mês.

A Prefeitura não fala com a cidade, faz um discurso que é bonito no papel. Mano, o dinheiro que eles gastaram para fazer esse negócio de fazer no sulfite, pelo amor de Deus. E nós estamos na época digital. Aí falaram de meio ambiente e gastaram dinheiro com papel chique para aprovar o orçamento.

O que eu queria saber, têm várias denúncias, por que esta Câmara não está discutindo a denúncia sobre o tal do filme do Bolsonaro que foi 100 milhões de reais?

Tem a discussão do Milton Leite. Vocês perceberam que sobre o transporte público falaram de 30 bi?

E uma coisa que eles não falam, todo esse dinheiro vai para empresas. A cidade banca o transporte público, que vai para empresas.

E sabe de quem é o dinheiro da cidade? É de todos os cidadãos. Pegam o nosso dinheiro, vão dar para empresas, e falam que é investimento.

Fora que eu não entendi também, a campanha do Tarcísio, quem fez foi o Prefeito. Eu não sabia se o Tarcísio era Prefeito, porque não tinha obra, ou se o Prefeito era o Governador. Eu acho que trocaram os papéis.

Por que tem que fazer essa crítica? Porque o sentimento que você tem, de verdade, é um abandono na cidade, de não ter participação.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Conclusão.

O SR. ANDRÉ LUIZ (RAPPER PIRATA) - Vou concluir. Nós estamos discutindo o orçamento da cidade, que aumentou 10 bilhões de reais; 130 bi foi esse ano. E gastaram no ano passado 116 bi. Aí não sabe para onde foi o outro dinheiro. Agora, este ano são 137; o ano que vem são 10 bi. A cidade paga, paga, e só toma, toma, toma, toma.

E aí, Relator, nós precisamos fazer o quê na cultura? Precisa falar quanto vai investir nesses orçamentos para grandes eventos, que eles não vêm aqui, não sei por onde eles entram. E precisa investir na periferia, porque a periferia está abandonada. Não há investimento cultural

Matéria AUD 325/2026. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 13/10/2026 e juntado ao PL 752/2026 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768930.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 13/10/2026 15:56:53.

na periferia.

Por enquanto é isso.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado. Informo que a Vereadora Keit Lima e o Vereador Gilberto Nascimento estão *on-line*; registro a presença do Vereador André Santos.

Informo que as inscrições estão encerradas.

Próxima inscrita, Sra. Deuza Cordeiro de Lima, dos Direitos Humanos - Setorial Criança e Adolescente.

A SRA. DEUZA CORDEIRO DE LIMA - Bom dia a todos. Bom dia à Mesa, em especial a o Presidente João Ananias.

Não vou nem me apresentar porque o tempo é pouco, e eu tenho várias questões para abordar. Quando se fala de orçamento gasto no nosso estado de São Paulo, que é do tamanho de um país, eu me assusto, porque só se fala em bi, bi, bi. Mas a gente sabe que a realidade é outra quando a gente vivencia na pele.

Então, se eu for abordar muitos casos, os meus três minutos vão correr e não vou conseguir falar. Quero abordar, em especial, a segurança pública. Nós estamos com um caso muito sério em São Paulo, o pessoal cobra muito, mas não se faz.

Tivemos um índice de matança pelo braço armado do estado. E também os próprios matando eles mesmos, por falta de um sistema estrutural. E quando se fala de crianças e adolescentes, como o colega colocou, sem falar em direitos humanos é um pecado.

Nós perdemos recentemente uma criança de dois anos, presa em uma grade, no Brás, no chamado galpão, conhecido como creche, ou seja, era filho de um senegalês. Eu sou ativista de vários movimentos, e a gente vai atrás e cobra.

Com todo o respeito ao pessoal que apresentou os seus orçamentos, mas a gente que vive na pele, sente na pele diariamente, é complicado explicar isso. É um galpão, que é para mercadoria, e foi considerado uma creche. Depois que matou a criança, depois que essa criança morreu na grade, porque não tem investimento em educação, em funcionário... Para ter uma creche precisa investir em profissionais.

Matéria AUD 325/2026. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 13/10/2026 e juntado ao PL 752/2026 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768930.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 13/10/2026 15:56:53.

Outra coisa também, que eu quero deixar registrada, sobre as câmeras que têm...

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Conclusão.

A SRA. DEUZA CORDEIRO DE LIMA – Estão vendo? Não dá para falar. A nossa Keit está ouvindo, nossa saudosa Deputada, parabéns. Vamos lá.

Eu moro na região central, na Liberdade, mais 300 metros eu caio na favela, que se chama Baixada do Glicério. A segurança lá é zero. Em cada esquina tem quebra de vidros de carros para roubar celular, e a polícia acha isso lindo. Eles falam para os que são atingidos: mas isso sempre acontece, é todo dia, ou tipo assim, por que você não cuida do seu celular?

Então, esses investimentos que a gente fala de bi é muito, gente, é muita coisa. E eu tenho tantas coisas para falar, mas vai ficar para a próxima.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado. Eu gostaria que a gente se atentasse ao tempo de três minutos, porque senão a gente não vai concluir a nossa audiência pública.

Vou chamar os inscritos *on-line*, a Adelina Maria Martim; o Alex Albuquerque e a Tábata Mendes. (Pausa) A Adelina e a Tábata não estão presentes.

Tem a palavra o Sr. Alex Albuquerque. Vou chamar mais três, assim que o Alex terminar, já ficam mais próximos para a gente não perder tempo, o Marcos Batistella, da Fasp, o Kamau Palito, do Fórum da Capoeira e a Léia de Oliveira, Conselheira do CER III Moema.

O SR. ALEX ALBUQUERQUE – Primeiramente, bom dia a toda plenária, aos que se fazem presentes. Realmente mostra que esta audiência pública é muito importante e nos pertence.

Aqui estão aqueles que vêm nos devolver toda a questão dos orçamentos que são necessários para a cidade de São Paulo para nós apreciarmos e também opinarmos. E esse é o momento certo.

Cumprimento a Mesa, na pessoa do Presidente João Ananias; o Relator Marcelo Messias. Algumas questões, algumas situações que foram colocadas nesta plenária são tão

Matéria AUD 325/2026. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 13/10/2026 e juntado ao PL 752/2026 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768930.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 13/10/2026 15:56:53.

sensíveis como foi no ano passado.

Eu sou Alex Albuquerque, faço parte do Observatório de Políticas Públicas, também sou membro do CPM, Conselho Participativo do M'Boi Mirim.

O Orçamento Cidadão, como foi falado, está na fase das remanescentes, ou seja, as verbas que sobraram, se é que sobrou. Por meio do nosso Conselho, pelo nosso empenho, pelo trabalho que nós tivemos, colocamos 10 milhões em nosso território. Foi algo muito importante em ações muito importantes, que vieram para dar uma devolutiva do que o povo estava precisando naquela região.

O que eu quero pedir para o nosso Relator é em relação a SMADS. Que haja uma sensibilidade maior neste ano em relação a SMADS, que sempre fica aguardando alguma verba de outra secretaria para movimentar uma política pública dela. E é difícil essa outra secretaria disponibilizar algo que é para fazer também as suas execuções orçamentais. Então, se puder aumentar essa verba de 2,6 milhões do fundo, para que pudesse, pelo menos, dobrar o orçamento da SMADS, eu acho que é o mínimo para a SMADS. Eu sei que é difícil esticar esse cobertor, mas que haja uma sensibilidade maior.

Outra sensibilidade que tiveram foi com a pessoa idosa. Isso é importantíssimo. Quase nunca vimos falar de pessoa idosa em um orçamento, e hoje nós vimos colocar os 6 milhões.

Eu respeito a opinião de cada um, mas a cultura tem acontecido, sim, nas periferias. Eu faço parte da periferia do M´Boi Mirim, onde constantemente temos ações culturais. Precisa melhorar muito? Sim, mas nós temos.

Para finalizar, cito o que aconteceu com o Orçamento Cidadão neste ano, e que proporcionou algo muito importante na cidade de São Paulo: colocar nas mãos dos Conselheiros a oportunidade de destinação das obras, sem aquela questão de que a obra mais votada deveria ser, obrigatoriamente, colocada. Foi o próprio Conselho que colocou, que conseguiu se debruçar e avançar muito com as obras. Hoje nós temos muito mais efetividade de obras devido a essa situação.

Matéria AUD 325/2026. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 13/10/2026 e juntado ao PL 752/2026 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768930.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 13/10/2026 15:56:53.

Agradeço e peço, mais uma vez, que tenham sensibilidade neste Orçamento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado. O próximo é o Sr. Marcos Batistella, da FASP

O SR. MARCOS BATISTELLA – Bom dia, Presidente, bom dia a todos os presentes nesta audiência pública.

O município de São Paulo, assim como todos os municípios, é grande prestador de serviços para os seus habitantes, para os seus cidadãos. E a FASP é uma entidade que representa associações e sindicatos dos servidores públicos, que são diretamente envolvidos na prestação desses serviços e no atendimento à população da Cidade.

Nós viemos a esta audiência pública porque entendemos que é um momento de avançar no planejamento da cidade, de prever e de tratar no orçamento como é feita a recomposição da inflação no salário dos servidores públicos. Essa é uma previsão constitucional que existe há mais de 20 anos e, sucessivamente, é descumprida. No município de São Paulo, em anos recentes, tivemos a aprovação de leis de recomposição salarial no mês de maio, normalmente com muitos conflitos sindicais e greves, e há dois anos a Câmara Municipal tem incluído no orçamento a previsão de que a lei do orçamento anual deve conter o tratamento dessa questão, porque a Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelece uma diretriz para elaboração do orçamento.

As receitas da cidade evoluem, os serviços da cidade em grande parte se aprimoram, mas essa permanece uma questão sem um tratamento adequado e sem um planejamento adequado no município de São Paulo. Então, a questão direta a ser dirigida à Administração é: como essa questão é tratada no orçamento do ano que vem? Porque já se sabe que, no mês de maio, deve haver essa discussão e, para que ela seja tratada adequadamente, pela aprovação de uma lei; ela precisa constar no orçamento.

Nós vamos aguardar os conflitos que têm se repetido nos últimos anos, nos meses de abril e maio, para discutir a questão, ou isso será equacionado já na aprovação da lei

Matéria AUD 325/2026. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 13/10/2026 e juntado ao PL 752/2026 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768930.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 13/10/2026 15:56:53.

orçamentária? Esse é o ponto, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Marcos. O próximo é o Sr. Kamau Palito, do Fórum da Capoeira.

O SR. KAMAU PALITO – Bom dia a todos e a todas, Vereadores. Cumprimento os nossos irmãos da luta e parabenizo a nossa colega Vereadora Keit Lima pela eleição.

Eu sou Mestre Kamau, faço parte do Fórum Municipal de Capoeira, Kamau é meu nome africano; na capoeira, e sou conhecido como Palito.

Venho a esta audiência pública defender uma questão fundamental em São Paulo: precisa aumentar o orçamento da cultura e garantir que os recursos cheguem efetivamente às periferias e à cultura negra e aos fazedores e fazedoras de cultura. Precisamos discutir não apenas o tamanho do orçamento da cidade, mas quanto desse dinheiro é destinado à cultura e quem realmente consegue acessar esses recursos. Precisamos de mais investimentos na capoeira, *hip hop*, samba, culturas de matrizes africanas, literatura, saraus, cultura negra na periferia e demais manifestações da cultura negra.

Só para lembrar, não apareceu na apresentação a planilha do orçamento do esporte. Sabemos a importância do esporte para a cidade de São Paulo, para o desenvolvimento das pessoas, da formação de cidadãos, além da parte física. E isso é gravíssimo. Precisamos também, principalmente, do aumento do orçamento dos editais de programas de fomento, especialmente aqueles destinados às periferias, como a cultura negra, o edital do VAI, o fomento da periferia e outros editais de fomento.

Este ano, o VAI teve 1.200 projetos inscritos, então tem demanda, tem muita demanda, só que não chega a conta e, quando vai ver, são 30, 40 projetos aprovados. Isso é praticamente nada para uma cidade do tamanho de São Paulo. Com orçamento de 146 milhões, dá para destinar 5% desse orçamento da cidade.

O art. 215 da Constituição Federal prevê que o Estado garanta a todos o pleno exercício dos direitos culturais, o acesso das fontes da cultura nacional. Investir na cultura não é

Matéria AUD 325/2026. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 13/10/2026 e juntado ao PL 752/2026 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768930.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 13/10/2026 15:56:53.

um favor, é um dever do Poder Público, é direito da população. Quando cobramos pela capoeira, a cultura negra, a cultura da periferia, estamos cobrando um direito constitucional, que seja transformado em orçamento um edital de fomento a políticas públicas efetivas nos territórios.

Para finalizar, a nossa reivindicação é: o aumento do orçamento da cultura, o aumento dos recursos dos editais de programa de fomento, mais investimentos nas periferias, das culturas negras, transparência na execução dos recursos aprovados, participação dos movimentos coletivos e territórios na construção do orçamento.

São Paulo precisa reconhecer também, através do orçamento público, a construção histórica, social e racial, educacional, econômica, da cultura negra na periferia. Estamos juntos. Ubuntu axé. Mais orçamento para a cultura.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado. A próxima é Sra. Aléia de Oliveira, Conselheira do CER III Moema

A SRA. ALÉIA DE OLIVEIRA – Bom dia, meu nome é Aléia de Oliveira, sou Conselheira do CER III Moema. Bom dia à Mesa, a todas as autoridades e a todos os presentes.

Se olharmos para este orçamento, há uma falta de compromisso com acessibilidade real. Os nossos parques municipais continuam inacessíveis, isolando-nos do lazer. As nossas calçadas estão destruídas e intrafegáveis, bloqueando criminosamente o direito elementar de ir e vir de quem tem deficiência visual ou mobilidade reduzida. E o mais grave e urgente: o orçamento de educação de São Paulo não pode, sob hipótese alguma, financiar a segregação.

Exigimos recursos destinados exclusivamente a escolas inclusivas, com salas de recursos multifuncionais, professores de apoio especializados e acessibilidade arquitetônica. Não aceitaremos que o dinheiro do contribuinte paulistano seja direcionado para criar ou manter escolas exclusivas, que isolam, escondem e marginalizam as pessoas com deficiência, fazendo-as viver em uma bolha, sob o falso pretexto de cuidar. Inclusão de verdade se faz com a convivência na escola regular, com investimento público sério. A São Paulo do mercado imobiliário avançado precisa entender que a drenagem que a nossa cidade necessita não são piscinões que acumulam doenças, lodos, mas sim calçadas, ciclovias e parques totalmente

Matéria AUD 325/2026. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 13/10/2026 e juntado ao PL 752/2026 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768930.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 13/10/2026 15:56:53.

acessíveis e permeáveis, como outras cidades mais ricas do mundo fazem. É um descalabro vermos construtoras erguendo calçadas de concreto impermeável e cortando árvores que demoraram cem anos para crescer.

Diante disso, esta conselheira e estudante também protocolou nesta Casa um requerimento solicitando a aplicação da acessibilidade e da sustentabilidade dentro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS –, conforme as diretrizes da ONU. No entanto, a exclusão que vemos nas ruas e nas escolas se refletem na própria condução desta Casa.

Protocolei formalmente um memorial de participação social referente ao Projeto de Resolução 12/2026, solicitando o acréscimo da expressão “pessoa com deficiência” no nome da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher. Esta foi uma construção acadêmica e técnica gerada nas aulas do curso da USP, em parceria com a Escola do Parlamento, exigindo também a correção de termos capacitistas na legislação municipal, como “trabalhadores deficientes”.

A Vereadora Ely, Presidente da Comissão de Saúde, tomou o projeto para si, mas se recusa terminantemente a apresentar a emenda substitutiva, com a justificativa de que o objetivo do PR 12 foi solicitado por este coletivo de pessoas com deficiência. Querem apagar o protagonismo de quem gerou a proposta. E o silenciamento é sistemático: chegaram ao absurdo de, na CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa –, abafarem a minha fala na Rede Câmara SP com inserção municipal. E também me calaram em audiência pública de prestação de contas de saúde no último dia 30 de setembro. No entanto, os fatos de 2 de setembro e de 30 de setembro já foram formalmente informados pelo Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Pela conclusão.

A SRA. LÉIA DE OLIVEIRA – Ontem, a assessora Débora me informou que o Vereador Hélio Rodrigues solicitou oficialmente a transcrição e o áudio completo deste episódio que ocorreu em 30 de setembro. E eu o agradeço publicamente por se manifestar firmemente contra a censura.

Isso não é um erro técnico, é barreira atitudinal. A legislação de São Paulo continua

Matéria AUD 325/2026. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 13/10/2026 e juntado ao PL 752/2026 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768930.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 13/10/2026 15:56:53.

violando a convenção da ONU e o Decreto Federal 6.949/2009.

Exigimos que o orçamento do PL 752/2026 financie a dignidade, não o capacitismo. Se esta Casa cumprisse o art. 54 da Lei Orgânica do Município de São Paulo, não teríamos chegado a esse ponto.

Nada sobre nós sem nós. A nossa voz e a nossa autoria intelectual não serão apagadas por nenhuma música de fundo.

Muito obrigada. (*Palmas*)

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Novamente: quem tiver propostas escritas deve apresentá-las à Mesa, senão não serão apresentadas. Por favor, procurem a Mesa.

Passo a palavra para mais três inscritos.

Peço que cumpram o tempo de três minutos. E vamos perder um minuto, porque faremos uma reunião.

Tem a palavra os Srs. Marcelo Siqueira Moreira, CPM Liderança SP; Gilberto Macedo, CPM Liderança SP; e Carmen Guilherme, munícipe.

O SR. MARCELO SIQUEIRA MOREIRA – Bom dia a todos. Bom dia a todas.

O meu nome é Marcelo Siqueira Moreira, sou representante do CPM Lideranças SP, e vou iniciar dizendo que o orçamento público não é um assunto apenas de governo, secretário ou de vereador, o orçamento público é o dinheiro do povo. E se é dinheiro do povo, o povo precisa ter voz e participação.

Quero deixar registrada nesta audiência uma preocupação muito séria com a Portaria 06/2006 da Seplan, que mudou as regras do Orçamento Cidadão.

Na minha avaliação, essa mudança enfraqueceu a participação direta da população, e aumentou o poder de decisão dentro da própria Administração Ricardo Nunes.

A população apresenta suas propostas, as comunidades se mobilizam, os conselhos participativos trabalham, muitas vezes enfrentando sol, chuva, dificuldades, para levar as demandas dos bairros para dentro do orçamento.

Não podemos aceitar que, depois de todo esse esforço popular, a decisão fique cada

Matéria AUD 325/2026. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 13/10/2026 e juntado ao PL 752/2026 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768930.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 13/10/2026 15:56:53.

vez mais distante de quem vive o problema. Por isso, faço um pedido muito claro à Câmara Municipal, à Seplan e ao próprio Tribunal de Contas do Município, que está presente: precisamos de transparência, fiscalização e acompanhamento rigoroso da execução do Orçamento Cidadão.

Ao Tribunal de Contas do Município, que está presente nesta audiência, faço um apelo: fiscalize, Luciano. Acompanhem o dinheiro destinado e as propostas populares que estão sendo executadas; verifiquem o que foi aprovado, empenhado, pago e, principalmente, o que efetivamente chegou à população. Não basta colocar o recurso no papel, é preciso transformar o orçamento aprovado em obra, serviço e melhoria na vida das pessoas.

Eu faço também um pedido aos nossos Vereadores presentes: desde a implantação do Orçamento Cidadão no orçamento de 2025, temos um valor de R$ 320 milhões, ou seja, R$ 10 milhões por subprefeitura. E esse valor tem que ser revisto, João. A cidade cresceu, os problemas aumentaram, os bairros continuam cobrando pavimentação, drenagem, habitação, saúde, transporte e infraestrutura. Não é razoável manter congelado por anos o mesmo valor para atender necessidades que só aumentam.

Por isso, peço aos Vereadores que olhem para o Orçamento Cidadão de 2028 e aprovem um reajuste real dos recursos destinados à participação popular, já que não podemos mudar o que já foi debatido pelas comunidades para 2027. E mais recursos para o Orçamento Cidadão significa mais capacidade para atender as necessidades reais dos nossos territórios.

A população não quer apenas ser ouvida, a população quer ser respeitada. Queremos participar da decisão, acompanhar o dinheiro público e cobrar resultados. O orçamento público é dinheiro do povo, participação popular é direito do povo, e a fiscalização é obrigação do Poder Público. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – O próximo inscrito é o Sr. Gilberto Macedo.

Deixem-me só anunciar a presença dos Vereadores Major Palumbo e Eli Corrêa.

O SR. GILBERTO MACEDO – Senhores, bom dia.

Eu vim falar o seguinte: que, como cidadão, a democracia não pode existir somente na hora de votar, porque democracia também é participar da decisão sobre onde o dinheiro

Matéria AUD 325/2026. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 13/10/2026 e juntado ao PL 752/2026 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768930.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 13/10/2026 15:56:53.

público será aplicado. E é justamente por isso que preciso falar sobre a Portaria 06/2026.

Na minha avaliação, essa portaria representa um retrocesso na participação popular, já que criou um mecanismo que pode afastar a população das decisões sobre aquilo que ela própria ajudou a construir. E há um ponto que considero especialmente grave, que é o art. 17.

Quando um compromisso do Orçamento Cidadão for considerado inviável durante o exercício, a reserva orçamentária pode ser anulada e o recurso passa a seguir outro procedimento de destinação – legislação municipal. E pergunto onde fica a vontade da população que lutou por aquela proposta. O povo participa, apresenta proposta, mobiliza a comunidade, leva a demanda para o conselho participativo, e, depois, pode descobrir que aquilo que foi construído democraticamente perde a força dentro da máquina. Isso precisa mudar.

E aqui eu faço um apelo ao Tribunal de Contas: precisamos de mais fiscalização. Queremos acompanhar o caminho do dinheiro público, porque esse dinheiro público é de vocês. Está bom? E queremos saber o que foi aprovado, o que foi executado e, quando não for executado, o porquê.

Eu faço também um apelo aos Vereadores desta Câmara, pois vocês têm responsabilidade nesse processo. A Câmara debate, apresenta emenda, fiscaliza o orçamento e pode aperfeiçoar as regras. Portal da Câmara Municipal de São Paulo. A Subprefeitura tem que ser fiscalizada e não está sendo fiscalizada por esta Casa.

Não queremos uma democracia fechada. A população está cansada de receber decisões prontas do Executivo e depois ser chamada apenas para participar de reuniões. A participação popular não pode ser decorativa, precisa ter consequência.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Conclusão.

O SR. GILBERTO MACEDO – Se o cidadão dedicou o seu tempo, apresentou uma proposta e a comunidade discutiu aquela prioridade, essa vontade precisa ser respeitada até o final do processo.

E venho aqui dizer para o Sr. Frange que o CPM Liderança não é inimigo de vocês. Está bom, Kiki? O CPM Liderança não é inimigo de vocês, podem ter certeza.

Matéria AUD 325/2026. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 13/10/2026 e juntado ao PL 752/2026 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768930.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 13/10/2026 15:56:53.

Gente, muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado. Também quero anunciar a presença da Vereadora Janaina Paschoal.

A próxima oradora é a Sra. Carmen Guilherme, munícipe. Atente aos 3 minutos, está bem?

A SRA. CARMEN GUILHERME – Bom dia a todos. Meu nome é Carmen Guilherme, estou como munícipe. Sou Conselheira Participativa de Itaquera e estou aqui como observadora do Orçamento Cidadão.

O Orçamento Cidadão, nos moldes ora praticado, está pelo Decreto 6.337 em R$ 10 milhões, inserido em 25, 26 e 27. Como falado pelos colegas e conselheiros participativos que me antecederam, é um orçamento que está congelado. Os R$ 10 milhões não sofreram qualquer reajuste e ele caracteriza 0,21 hoje. O que era 0,25 em 25, hoje teve um decréscimo que, se congelado, está 0,21.

Nós vimos as despesas todas sendo ampliadas, o orçamento de 137 foi para 146 e o Orçamento Cidadão, aquele que os Conselhos Participativos deliberam, e é importante dizer que não é o Conselho que escolhe a proposta, ele delibera mediante propostas que a sociedade civil coloca na plataforma Participe Mais. O CPM não realiza obra, ele fiscaliza a execução do cumprimento dessas propostas, que são emanadas da vontade da sociedade civil.

A Portaria 126, de 25, que atribui aos Conselhos colocar cinco propostas e a sociedade civil 10, com o implemento da Portaria Seplan 06, atribui aos Conselhos escolher, deliberar, priorizar 15 propostas. O que está acontecendo com a Portaria 06? E essa é uma questão com a Seplan. A questão dos recursos e a reordenação. Quando se diz que foi tirada a questão de a sociedade civil votar é na questão da reorganização, porque a população participa com seus empenhos dentro da plataforma, e isso está sendo garantido, foi garantido e será garantido. O que os conselheiros participativos priorizam, dentro da seara recebida, são 15 propostas, que são condicionadas aos R$ 10 milhões; vão para a viabilidade e voltam com valores fixados tecnicamente, juridicamente, orçamentário. Essas propostas, quando sobem,

Matéria AUD 325/2026. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 13/10/2026 e juntado ao PL 752/2026 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768930.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 13/10/2026 15:56:53.

depois os CPMs vão reordenar conforme diretrizes da portaria.

O que aconteceu, neste ano, com a portaria é que concomitante com a reordenação eram os recursos. Então, como nós impetramos recursos eventualmente numa proposta inviável, tínhamos que reordenar, perante os parâmetros dos R$ 10 milhões. Então, isso, Seplan, tem que ser revisto para 27, como tem de ser revista também a questão do art. 8º. Foi dito aqui pela representante da Secretaria, Sra. Cibele, que os RPM já fizeram remanescentes, já deixaram. Não, ainda não.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Conclusão.

A SRA. CARMEN GUILHERME – É de 30/09 a 30/07. E boa parte dos remanescentes foi simplesmente a Seplan que requalificou propostas e inseriu, retirou o poder dos CPMs na questão dos remanescentes, deixando apenas oito prefeituras com valor.

Digo aqui para Seplan, por gentileza, que reveja essa questão da portaria para que não seja ceifado o poder do Conselho Participativo em atender à vontade popular.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado. Eu vou suspender a audiência pública, porque vamos ter uma reunião da Comissão de Finanças e Orçamento. Logo em seguida, retornamos com a audiência pública. Está bem?

Está suspensa a audiência.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. João Ananias.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Agora retornamos à nossa audiência pública.

O SR. FABIO RIVA – Somente para registrar presença. Eu tinha esquecido, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Agradeço a presença do nosso Líder do Governo na Câmara, Vereador Fabio Riva.

Eu vou chamar mais três, para cumprir os 3 minutos: Sra. Cláudia Campelo de Oliveira, do CAPS Adulto Butantã e Supervisão Técnica do Butantã; Sra. Antônia Ferreira, do Fórum da Pessoa Idosa da Mooca e o Sr. Marcos Batalha, munícipe.

Matéria AUD 325/2026. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 13/10/2026 e juntado ao PL 752/2026 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768930.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 13/10/2026 15:56:53.

A SRA. CLÁUDIA CAMPELO DE OLIVEIRA – Bom dia. Especialmente, eu gostaria de agradecer a presença de todos com foco na luta por direitos humanos e, mais uma vez, primeiramente, como Conselheira do CAPS Adulto Butantã, venho com a intervenção pelas melhorias do tratamento humanizado do CAPS Adulto Butantã.

Prezados organizadores da comissão orçamentária do município de São Paulo, especialmente agradeço a atenção após a minha manifestação na audiência passada sobre a prestação de contas da Secretaria de Saúde.

Dito isso, como Conselheira, primeiro do CAPS Adulto Butantã, seguido do Ponto de Economia Solidária e também suplente na Supervisão Técnica de Saúde do Butantã, venho pedir uma atenção reforçada ao meu pedido de acolhimento, primeiro no CAPS Adulto Butantã, pois, como não estão mais contratando funcionários para forçar a entrada da gestão administrativa da OS, preciso que tomem ciência do risco de enfraquecer a reforma psiquiátrica que determina tratamento psiquiátrico e psicológico humanizado, livre das prisões de clínicas psiquiátricas e superdosagens de medicamentos.

A lei determina que o tratamento seja longitudinal, ou seja, não podemos ter rotatividade de funcionários, empresas com metas quantitativas que geram pressão para os dois lados, usuários e funcionários, pois o assédio da pressão desnecessária está causando a violência de ambas as partes de todas as formas, vinda dos dois lados, pois pacientes e funcionários acabam perdendo a linha quando a falta de respeito passa dos limites com todos, sem exceções. Funcionários estão adoecendo junto com os pacientes, conforme relatos de conselheiros, na ata da reunião de setembro da Supervisão Técnica de Saúde do Butantã.

Por que a OS traz a caixa-preta? Falta de transparência. Por que recursos que deveriam ir direto para a ponta, como comprar materiais terapêuticos, melhorar o espaço do CAPS, acabam sendo absorvidos por taxas de administração da OS? E, no caso, do Ponto de Economia Solidária Butantã, único equipamento pela Secretaria de Saúde do município, colocar uma gestão dessa sufocaria o tempo de emancipação e autogestão do usuário, violando a essência da lei, pois afronta as diretrizes da autogestão.

Matéria AUD 325/2026. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 13/10/2026 e juntado ao PL 752/2026 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768930.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 13/10/2026 15:56:53.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Conclusão.

A SRA. CLÁUDIA CAMPELO DE OLIVEIRA – E a economia solidária baseia-se na ausência de patrões, no cooperativismo e na tomada de decisão horizontal.

Solicito que a comissão orçamentária atue pontualmente para fiscalizar, interpretar a Secretaria Municipal e barrar a entrega dos equipamentos públicos de saúde mental na gestão terceirizada. E para pensar e refletir...

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Conclusão.

A SRA. CLÁUDIA CAMPELO DE OLIVEIRA – Concluindo, para pensar e refletir: por que ter medo pela devida regulamentação da Lei Orgânica do Município nº 54 e 55 dos conselhos de representante? Pois somente esse conselho pode ouvir as demandas da voz ativa e assim controlar, legislar e exercer a figura da nossa representação, consolidando e juntando as leis da mesma matéria. Chega, não dá mais para aceitar. Precisamos de transparência e precisamos ser acolhidos, pois tem R$ 140 bilhões para o ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado.

A SRA. CLÁUDIA CAMPELO DE OLIVEIRA – Vamos lutar para que sejamos respeitados. Obrigada, Presidente. Agora, com este Legislativo, vamos lutar todos os dias por direitos humanos. Estamos juntos, família. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado. Eu queria só fazer um pedido à Secretaria de Planejamento, para que possa estar presente em todas as audiências regionais que formos fazer, pois isso seria muito importante a presença. E que também possa apresentar o planejamento que seja local, por exemplo, em cada região, fazer o planejamento do local onde esteja, que é importante para as pessoas entenderem. É importante porque às vezes a população precisa entender a linguagem, às vezes é uma linguagem que a população não entende. Falar no geral é muito difícil, seria importante que falasse uma linguagem mais... que a população... A gente pode entender, mas a população tem dificuldade de entender. A gente fala “receitas gerais”, mas o que é “receita gerais”? Precisa discriminar, falar para a população entender. Seria muito importante. Está bom? Obrigado.

Matéria AUD 325/2026. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 13/10/2026 e juntado ao PL 752/2026 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768930.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 13/10/2026 15:56:53.

Próxima a falar é a Sra. Antônia Ferreira de Freitas.

A SRA. ANTÔNIA FERREIRA DE FREITAS - Eu sou Antônia Ferreira de Freitas, munícipe da Mooca, e do Fórum da Pessoa Idosa. Quero trazer uma reflexão.

Dia primeiro de outubro foi o Dia Internacional da Pessoa Idosa, então eu agradeço a esta Mesa pelas políticas públicas que fizeram para a pessoa idosa. Nós somos 2,5 milhões de idosos na cidade de São Paulo, desde o último censo, de 2022. Aí eu pergunto para aquela moça: para quê e para quem esse dinheiro de R$ 3 milhões para 2 milhões de pessoas idosas?

Minha primeira solicitação é à Secretaria Municipal da Pessoa Idosa, porque nós estamos sob o guarda-chuva de SMADS, nós estamos sob o guarda-chuva de Direitos Humanos, nós estamos sob o guarda-chuva de Saúde, e nenhuma política caminha. Se a gente vê os valores aqui, nós temos linhas fantasmas de valores da Ação 43.20, de R$ 3.223; nós temos a Ação 43.54, com parque de locação social da pessoa idosa, R$ 53. Então eu acho que o nobre Vereador foi sincero, nós precisamos de rubrica.

Programa 40.10, Programa de Segurança Alimentar e Nutricional da Pessoa Idosa. Precisamos que a rubrica seja feita, porque os idosos não estão comendo, os idosos não estão se alimentando. Nós precisamos de ILPI, de NCI, de URSI. Nós precisamos de uma rubrica nesse orçamento. Não dá para a gente ter o selo de segurança alimentar de *Guinness Book*, não dá para a gente ter o selo da pessoa idosa, como Cidade Amiga da Pessoa Idosa. Temos problemas de mobilidade, de moradia, de saúde.

Só para falar de moradia, na locação social, eles colocam no Pode Entrar o idoso como prioritário. Não, idoso é idoso. Então, assim, que realmente tenha, Marcelo, rubrica para a pessoa idosa na segurança alimentar, no mercadinho alimentar dentro da Vila dos Idosos, onde andam 15 minutos para ir comprar um pão. Então, realmente, o maior orçamento da América do Sul, uma cidade com Selo Amigo da Pessoa Idosa, precisa ter políticas públicas para a pessoa idosa, verdadeiras.

Quero dizer do esporte da pessoa idosa. Esporte salva vidas, então nós precisamos realmente que as rubricas no programa, principalmente 40.10, sejam feitas.

Matéria AUD 325/2026. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 13/10/2026 e juntado ao PL 752/2026 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768930.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 13/10/2026 15:56:53.

Agradeço. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) - Obrigado, D. Antônia.

O próximo é o Marcos Batalha.

A SRA. JANAINA PASCHOAL – Pela ordem, Presidente. Primeiramente quero explicar que tive um compromisso agora, pela manhã, e tenho um daqui a pouco. Vou tentar retornar. Será que eu poderia fazer uma pergunta para o Secretário? É uma pergunta bem pontual.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – É que nós temos um horário, não é, Vereadores?

A SRA. JANAINA PASCHOAL – É porque não vou...

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Depois que o Marcos Batalha falar, a gente abre para V.Exa., eu autorizo.

A SRA. JANAINA PASCHOAL – *OK*, obrigada.

O SR. MARCOS BATALHA – Bom dia a todos. Meu nome é Marcos.

Eu queria até pedir atenção ao Presidente da Comissão e ao Relator, e agradecer também à assessoria da Comissão, porque eu já protocolei os requerimentos. Por conta do tempo, eu queria direcionar essa pergunta à Seplan e ouvir também o Tribunal de Contas com relação à Seplan, com a base da matriz do TCM, que questiona as 173 entregas do PPA 2026-2029, de quase meio trilhão, se possui veiculação com as LOAs, com as LOA 2027.

E eu lhe pergunto, porque eu não encontrei em todo o arcabouço da... sobre a planilha com 76 indicadores validados, com o órgão e ação, da LOA 2027. E o relatório de coesão entre os planos setoriais. Eu não encontrei, aí eu gostaria só de de ouvir a manifestação do TCM nisso, porque sem isso a LOA não tem lastro no PPA.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Sr. Marcos.

Vereador Janaina Paschoal.

A SRA. JANAINA PASCHOAL – Muito obrigada, Presidente.

Matéria AUD 325/2026. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 13/10/2026 e juntado ao PL 752/2026 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768930.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 13/10/2026 15:56:53.

Talvez seja até para a Sra. Secretária de Planejamento. Olhando aqui os orçamentos previstos, tanto para as pastas em geral como para as subprefeituras, nós percebemos que existe uma diferença significativa nas porcentagens, seja de aumento, seja de redução.

Quero deixar aqui registrado, sem nenhum demérito aos colegas que têm, que eu não tenho nenhuma subprefeitura, então o meu olhar aqui é um olhar para a cidade. E nós vemos que, enquanto há, por exemplo, quedas no que está previsto de gasto - de orçamento, na verdade -, para algumas subprefeituras, da ordem de 15%, outras têm uma elevação da ordem de, por exemplo, 3%, 4%. A mesma coisa com relação a algumas pastas. Há quedas de 20%, elevação de 10%.

Qual foi o critério para aumentar ou reduzir o orçamento de pastas e subprefeituras, no que concerne ao planejado para 2026 e agora para 2027? Porque eu acompanho muito proximamente o trabalho de cada pasta e, na medida do possível, de cada subprefeitura, porque eu procuro atender a cidade toda. E eu não consigo, com o meu olhar e a experiência desses dois anos, entender esse critério. Então queria ouvir a Sra. Secretária, eventualmente até o Sr. Secretário, sobre o que motivou essa modificação, porque para algumas subprefeituras a queda vai ser significativa.

É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) - Obrigado, Vereadora. A resposta será ao final, então queria só chamar mais três: Luzia Soares, do Instituto Makambira; Seiti Takahama, do Grito dos Excluídos; Elisabeth Arão, do Conselho Municipal.

A SRA. LUZIA MONTEIRO ARAÚJO SOARES – Bom dia a todas as pessoas presentes e *on-line*.

Eu queria iniciar minha fala apontando duas questões. E aproveito o fato de ter tantos Vereadores na Mesa para a gente colocar uma questão aqui, porque nós estamos discutindo o orçamento da cidade, portanto é o dinheiro de todos os cidadãos que pagam os seus impostos.

A Câmara Municipal tem um programa. Esse programa não é discutido aqui, não vem para a Mesa. E a gente deveria ter, nesta mesa, uma representação da presidência da Câmara

Matéria AUD 325/2026. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 13/10/2026 e juntado ao PL 752/2026 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768930.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 13/10/2026 15:56:53.

também, assim como o TCM, assim como as secretarias que estão aqui, porque o Legislativo é extremamente importante no exercício dessa democracia. Mesmo que capenga, é aqui que as coisas ocorrem. Então eu queria registrar isso, porque esta Casa aqui... Nós temos muito problemas com os idosos para discutir nesta cidade. Nós vamos precisar construir muitos seminários, muitos encontros para encontrar essas políticas.

A segunda questão que eu quero levar em conta é a devolutiva do apêndice do orçamento da pessoa idosa pela Seplan. Esse orçamento que está aqui, que vocês estão registrando, esse apêndice, foi um trabalho dos movimentos no ano passado, que a gente estudou as programáticas e identificamos 113 ações que deveriam ser destinadas aos idosos. A Seplan nos ouviu, fez um SEI, fez a consulta às secretarias e, nessa devolutiva, 69 ações constam aqui, 69 ações e códigos. É para comemorar?

Nós estamos, Vereador Marcelo, com o copo pela metade. Nós precisamos ainda avançar. E qual é o avanço que nós precisamos ter? Além das ações, nós precisamos ter a subfunção que está garantida por lei, a 241, que é destinada à pessoa idosa. Sem essa questão, nós não conseguimos rastrear a aplicação do orçamento. Nós precisamos saber aonde está chegando, de que forma está chegando e para quem está chegando, Vereadora Janaina, porque isso é a nossa importância.

Essa é a nossa cidadania ativa e nós precisamos, sim, o SOF, o Sistema de Orçamento Financeiro, precisa ser modernizado, colocar a 241, para que nós, cidadãos, exerçamos de fato a nossa ação. Não cheguei aos três minutos. Nós estamos aqui, ficaremos e lutaremos por aquilo que nos pertence.

É isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) - Obrigado, Luzia.

O próximo é o Seiti.

O SR. SEITI TAKAHAMA – Bom dia a todos. Na pessoa da Cibele, cumprimento toda a Mesa.

Gostaria da atenção da Cibele da Seplan e do Luis da Fazenda.

Matéria AUD 325/2026. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 13/10/2026 e juntado ao PL 752/2026 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768930.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 13/10/2026 15:56:53.

Foi apresentado a nós que a área da saúde está tendo uma crescente e que estão sendo inauguradas várias unidades de saúde e UPAs, ao contrário da questão da assistência. Nós entregamos para a Seplan um diagnóstico do vazio assistencial enorme para pessoa idosa, demonstrando que precisamos fazer essa correção e ter muito mais investimento para que a pessoa idosa possa realmente ser assistida.

Existem mais de 120 ações julgadas procedentes pelo Ministério Público da 8ª, e a Prefeitura prefere pagar multa do que criar ILPI 3. Nós só temos uma ILPI 3, que não consegue atender.

Só esse gráfico apresentado pelo MP demonstra a gravidade dos equipamentos da pessoa idosa para o nosso entendimento geral. Preocupa-me muito. Eu gostaria de parabenizá-los por terem aceitado a proposta da sociedade civil para o orçamento temático porque nós temos que aprimorá-lo muito.

Eu gostaria de colocar e chamar atenção tanto da Seplan quanto da Fazenda para o fato de que o texto inicial do PPE, na meta 69, promete orgulhosamente a implantação de 30 novos programas do PAI. Porém, quando nos debruçamos sobre o orçamento e abrimos a planilha financeira 2518, que cuida da manutenção da URSI, de referência à saúde, o valor carimbado 27/28/29 está zerado. Qual que é a contradição disso? Será que vocês estão realmente pensando? Porque o crescimento da pessoa idosa é muito vultoso, é muito grande. Será que vocês estão conseguindo ter o olhar para a questão dos direitos humanos de forma correta? Então, vamos ter um olhar melhor para essa questão.

E outro absurdo, como nós já falamos: a questão do esporte. A ação 4504 também foi zerada. Nós tínhamos 10 milhões e agora 27/28/29 zerou completamente. E eu devo dizer para vocês claramente que na Subprefeitura nós tínhamos R$ 700 milhões orçados, mas nós tínhamos R$74,4 milhões para a calçada da pessoa idosa. Houve um corte de R$ 50 milhões.

E aí vocês dizem – o Vereador Paulo Frange está aqui – que a cidade é amiga da pessoa idosa, com selo. Podemos questionar o selo? Realmente a cidade amiga da pessoa idosa está atendendo a essa população?

Matéria AUD 325/2026. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 13/10/2026 e juntado ao PL 752/2026 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768930.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 13/10/2026 15:56:53.

Para finalizar, gostaria de colocar que o orçamento temático da pessoa idosa traz 20 programas. Nós precisamos vincular as 77 ações que estão no Programa Vitalidade+, que foi apresentado em San Sebastián, no programa da pessoa idosa.

Vereador Marcelo Messias, parabéns. Queremos ter contato direto com você, como fizemos anteriormente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Seiti.

O SR. MARCELO MESSIAS – O gabinete está aberto para todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – A próxima será a Sra. Elisabeth Arão Martins Neves, do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa; depois o Sr. Antonio Ferreira, do Movimento Coleta Seletiva; e a Sra. Maria de Fátima Aparecida, da sociedade civil.

A SRA. ELISANETH ARÃO MARTINS NEVES – Prezado Presidente e colegas. Vereador João Ananias, meu nome não é Elizabeth, é Elisaneth, mas tudo bem.

Quem não divide o orçamento por território comete uma injustiça social. É o que está ocorrendo nesta Casa, porque o art. 19 da LDO determina a obrigação do Governo apresentar o demonstrativo regional de gastos.

Requeremos transparência. Queremos saber exatamente quanto dinheiro cada Subprefeitura e cada distrito recebe, cruzando os dados com o índice de vulnerabilidade social. Mas o Executivo vetou. O Governo preferiu manter as contas escondidas sobre grandes totais consolidados por secretarias. Esse veto se aprofunda de uma forma cruel de justiça territorial.

Os idosos que residem em distritos da periferia e altamente vulneráveis, como M'Boi Mirim, Cidade Tiradentes, Grajaú, Itaim, Jardim Bristol, Água Funda, são invisíveis pelo sistema.

Sem o demonstrativo por região, a Prefeitura pode se concentrar nas obras de praças e calçadas nos bairros nobres da nossa capital e nos dados consolidados. Isso eu vejo no meu bairro, que tem de tudo, enquanto um bairro bem próximo, a Água Funda, é totalmente vulnerável. No Jardim Bristol ocorre bastante criminalidade, porque não tem quase nada. Então isso é uma grande injustiça social.

Matéria AUD 325/2026. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 13/10/2026 e juntado ao PL 752/2026 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768930.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 13/10/2026 15:56:53.

Eu requeiro que seja dada uma olhada nesses bairros da periferia. Nós que moramos bem próximo sentimos uma diferença enorme entre eles e o nosso. São seres humanos iguais a nós, que merecem todo o apoio e a dignidade humana.

Diante disso, indago aos Vereadores desta Casa como os senhores vão resolver essa desigualdade gritante, permitindo que o orçamento esconda a periferia.

Que a parte humana dos Vereadores tenha um olhar digno para esse outro tipo de seres humanos, que são iguais a nós.

Pergunto para a Seplan e para a Fazenda como os senhores planejam tirar a invisibilidade desses idosos da periferia.

Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Dona Elisaneth. Agora falei correto.

O próximo é o Sr. Antonio Ferreira, do Movimento Coleta Seletiva.

O SR. ANTONIO FERREIRA – Bom dia a todos.

Esta Casa tem 55 Vereadores, incluindo o Vereador Gilberto aqui, que faz parte também de 140 mil habitantes da Vila Prudente, e 33 Subprefeituras que não estão atendendo o sistema social colocado pelo Sr. Ricardo Nunes.

Sobre a coleta seletiva, que é uma coisa importante aqui na grande São Paulo, nós somos perseguidos. Tomam as carriolas dos catadores de papelão, aplicam multa de R$ 7 milhões e não dão atendimento dos terrenos que existem para a coleta seletiva. Começa pela Vila Prudente, que é a Dona Edir Sales, mas o Subprefeito não está dando atendimento. E o Prefeito Ricardo Nunes não nos convida para participarmos dessa ideia. Porque quando você chega lá, você não é atendido, está entendendo?

Porque, assim, quando botam um Subprefeito, ele tem verba e nós não recebemos nada. Perdem o dinheiro da aposentadoria, são mal vistos como fedorentos pelo sistema, as calçadas estão todas cheias de entulho. Ninguém quer falar nada. Os 55 Vereadores, que era para aprovarem as emendas para os carroceiros, não aprovam, mas na hora querem o voto. São

Matéria AUD 325/2026. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 13/10/2026 e juntado ao PL 752/2026 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768930.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 13/10/2026 15:56:53.

94 deputados estaduais, 70 deputados federais e mais o Senado, que não fazem nada. E tudo o que nós botamos, voltam e jogam mais responsabilidade. Mostrei aqui nas nossas audiências e, quando é na hora, vai tomando as nossas carriolas, que nós fizemos com os nossos recursos.

Nós precisamos de recursos nos nossos bolsos. Estão entendendo? E há a SP Coopera, da reciclagem. Estão devendo a todos nós os nossos direitos. Estamos tendo de nos cuidar, tomando sol e chuva, desrespeitados nesta cidade, por falta de competência desse pessoal que nós botamos no poder.

Está aqui o meu modo de expressar isso.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Tem a palavra a Dona Maria de Fátima Aparecida, da sociedade civil. Depois, será a Sra. Olga Quiroga.

A SRA. MARIA DE FÁTIMA APARECIDA – Boa tarde a todos. Eu sou uma professora alfabetizadora que trabalha como voluntária e quero fazer uma solicitação aos senhores desta Casa. O tamanho da fonte de vocês não é muito legal para meus alunos estarem aqui, quando são convidados. Eles não conseguem enxergar, muito menos os números que estão digitados ali.

Outra coisa é uma pergunta a respeito do dinheiro para educação de idosos. A gente viu uma apresentação maravilhosa, com números, estatísticas e tudo mais. E para a educação de idosos? Nós somos 60+. Temos uma população analfabeta que está sendo descoberta agora. Nesta eleição, todo mundo começou a falar de pessoa idosa, não é? Dentro da fatia das pessoas idosas, nós temos os analfabetos, mas vamos a uma consideração.

Durante a análise das sugestões, surgiram alguns detalhes que perpetuam de forma cruel a invisibilidade dos nossos idosos. Primeiramente, o Fundo Municipal do Idoso, o FMID, da Ação 2813, teve sua meta física para novos editais pactuada como zero para 2026 e 2027. O algoritmo da Seplan operou um verdadeiro apagão sobre as emendas impositivas desta Casa. Projetos aprovados por nós, como as oficinas culturais para o idoso e o Movimento 60+, receberam a marcação de zero real de impacto na cota sênior.

O sistema ignora as leis desta Câmara? Nas estatísticas dos distritos, para onde

Matéria AUD 325/2026. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 13/10/2026 e juntado ao PL 752/2026 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768930.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 13/10/2026 15:56:53.

foram as mulheres idosas vítimas de violência doméstica? Quanto há no orçamento para atender acamados e pessoas idosas atingidas pelas enchentes?

O PPA pactuou três indicadores quantitativos para monitorar a população idosa. Não há indicadores para medir o tempo de espera de idoso de mais de 80 anos na saúde, nem há taxa de redução de quedas nas calçadas. Nós existimos, quando caímos nas calçadas, ou não, para o Estado? Sem estatísticas, o idoso existe para o Estado? Nós acabamos de ver apresentações, algumas baseadas em estatísticas. Como os Vereadores vão tirar os idosos da invisibilidade se o próprio plano de monitoramento da Prefeitura fecha os olhos para nós?

Por que travar o caixa do fundo do idoso? Nós, idosos, também somos cidadãos contribuintes. Lembrem-se disso. Essa palavrinha “contribuinte” é maravilhosa. Por que travar a caixa do fundo do idoso? O plano de contingência climática esquece que há mobilidade reduzida? Nós assistimos a alguns itens que foram tocados, nessa parte das mudanças climáticas, que estão sendo comentados lá, na minha turminha de analfabetos, que eu considero em processo de alfabetização e letramento.

Existe uma reclassificação de pelo menos 15% das dotações finalísticas para o grupo exclusivo e uma garantia de execução direta e a inclusão de indicadores reais? Uma pergunta referente ao orçamento da pessoa idosa: qual é o impacto? Outras pessoas daqui também já se manifestaram a respeito dessa consideração. Qual é o impacto do orçamento, do orçado e do executado? Há relatório de auditoria com o Tribunal de Contas? É público e está acessível para nós, 60+, podermos ler também?

Volto a pedir aquela consideração a respeito da Fonte 16, pelo menos. Por favor, existe um corpo de digitadores brilhantes nesta instituição. São grandes profissionais que poderão fazer grandes letreiros nesses murais, para a gente enxergar, também – mesmo para quem usa óculos ou fez cirurgia de catarata. Por favor, considerem-nos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado. Após Dona Olga Quiroga, será a Sra. Maria Ednéia.

Matéria AUD 325/2026. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 13/10/2026 e juntado ao PL 752/2026 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768930.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 13/10/2026 15:56:53.

- Pronunciamento feito por oradora estrangeira. Transcrição prejudicada.

A SRA. OLGA LUISA LEÓN DE QUIROGA – Bom dia a todos e a todas. Bom dia, Srs. Vereadores. Que bom que a gente está aqui para saber sobre o orçamento da cidade de São Paulo, mas eu acredito que a maioria que está aqui ainda não viu e não leu nem o Estatuto do Idoso, nem os direitos humanos da pessoa idosa, porque hoje em dia não é só violência. O que mais se fala hoje em dia é em violência familiar. Eu não acredito, porque a maioria da violência familiar acontece quando os direitos do idoso não são respeitados e a família tem que arcar com tudo de que o idoso precisa.

Eu estou aqui porque faz 25 anos que eu venho a esta Câmara, a lutar por moradia para idoso. Eu coordeno o Grupo de Articulação para Moradia do Idoso da Capital. É um movimento filiado à Central de Movimentos Populares. (ininteligível) parte de direitos humanos, que são as entidades que na maioria das vezes não ajudam para resolver os problemas do idoso.

Faz 77 anos dos direitos humanos. Vão completar agora, em dezembro, 78 anos. E o que se tem feito pelo idoso? Nada, porque a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que foi em 10 de dezembro de 1948, fala, assim: que o idoso tem direito à vida, à liberdade, à segurança pessoal, à liberdade de pensamento, de expressão, à remuneração justa, de assegurar a dignidade humana, à proteção social, à saúde, à educação, à alimentação, à habitação, à proteção.

Contudo, hoje em dia, se a gente vai ver a saúde, quando o SUS vai atender o idoso, manda para qualquer lugar, menos para a cidade de São Paulo. A assistência social não tem um posto que seja diário para poder a gente retirar o NIS, quando precisamos dele. Muitas vezes, o idoso perde alguns direitos porque não tem o NIS.

Aí, vem a habitação. A única que nós temos é a Vila dos Idosos, que foi inaugurada em 2007. Hoje há mais ou menos umas 70 unidades vagas, porque o Governo as está removendo e modificando, para melhor receber o idoso, mas isso não resolve.

Eu acho, assim, que a gente tem que pensar melhor. Direitos humanos são para todos, e não só para alguns. Nós, idosos, temos direito à vida e a tudo que está enquadrado nos

Matéria AUD 325/2026. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 13/10/2026 e juntado ao PL 752/2026 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768930.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 13/10/2026 15:56:53.

direitos humanos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Dona Olga. Tem a palavra a Sra. Maria Ednéia. Depois, será o Sr. Expedito Bezerra Barbosa Junior, munícipe.

A SRA. MARIA EDNÉIA – Bom dia a todos. Eu subo a esta tribuna, na verdade, hoje, para desarmar uma armadilha numérica que tem blindado a nossa responsabilidade e mascarado a realidade da população idosa desta cidade.

A Prefeitura tem divulgado, como a Secretária também já divulgou na apresentação, que destinará a quantia astronômica de R$ 6,35 bilhões em 2027 e quase R$ 24 bilhões no quadriênio para as políticas da terceira idade. Olhando de longe, parece um paraíso gerontológico, mas abrimos as planilhas da Seplan e a máscara cai.

Cerca de 93% desse montante pertencem ao chamado grupo NE2, o terrível rateio cego. O que isso significa na prática, Excelências? Significa que o sistema pega despesas gerais da cidade, como subsídio da tarifa de ônibus na ação 4701, a conta de luz dos postos de saúde na ação 2520 e até o tapa-buraco de asfalto nas Subprefeituras e jogam percentual matemático de 15 ou 17%, alegando que isso é investimento no idoso.

Senhores, pagar a conta de luz de uma UBS, asfaltar uma rua por onde passa carro, não é política gerontológica. Isso não cria um único serviço especializado, não treina um médico, não constrói 1cm de calçada acessível. É uma maquiagem demográfica que esconde a nossa invisibilidade.

Por isso, senhores, eu indago a esta Casa e aos membros da Comissão de Finanças, como nós, Srs. Vereadores, vamos tirar esses idosos da invisibilidade. Se continuarmos aceitando que as despesas comuns ordinárias sejam carimbadas, como conquista da população sênior, qual o papel fiscalizador deste Parlamento diante de um orçamento fantasma? Nós vamos votar um texto que considera tapa-buraco de asfalto como assistência ao idoso acamado?

Minha pergunta ao Relator do PLOA e à Secretária de Planejamento é: qual é o valor real, líquido e exclusivo que será investido em serviços finalísticos e especializados para pessoa

Matéria AUD 325/2026. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 13/10/2026 e juntado ao PL 752/2026 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768930.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 13/10/2026 15:56:53.

idosa em 2027? Excluindo qualquer lógica de rateio cego.

Nós precisamos alterar o art. 22 da PLOA. Chega de aplaudir os bilhões no papel, enquanto os nossos idosos sofrem no concreto, na realidade.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) - Obrigado. Quero anunciar a presença dos Vereadores Isaac Félix e Fabio Riva, Líder do Governo.

Com a palavra o Sr. Expedito Bezerra Barbosa Junior.

O SR. EXPEDITO BEZERRA BARBOSA JUNIOR - Boa tarde. Meu nome é Expedito Barbosa, médico e morador da Vila Mariana. Venho aqui representando famílias e pessoas portadoras de uma síndrome genética. A segunda síndrome genética autossômica mais prevalente, ficando atrás apenas da Síndrome de Down, que é a Trissomia do Cromossomo 18, a Síndrome de Edwards.

A Síndrome de Edwards é uma síndrome genética, rara, severa e 90% das crianças que nascem com a T18 falecem antes do primeiro ano de vida. Hoje, o único cuidado que essas famílias recebem no Sistema Único de Saúde é o aborto. O aborto é a proposta inicial dada às mães gestantes dessas crianças.

Porém, muitas famílias optam por não abortar suas crianças e encontram dificuldade no cuidado de seus filhos no Sistema Único de Saúde.

Foi levantado o orçamento para a pessoa com deficiência e para a primeira infância. Eu venho solicitar a todos da sociedade que tenham atenção a essas famílias, a essas crianças que nascem e vivem, precisam de cuidado e assistência médica. A medicina já tem o conhecimento para isso, o único obstáculo que temos é o estigma que é essa síndrome.

A Academia Americana de Pediatria publicou, em 2025, um guia afirmando que T18, Trissomia 18 e a Trissomia 13, Síndrome de Patau, são síndromes compatíveis com a vida e precisamos levar cuidado individualizado para essas crianças.

Venho aqui, por gentileza, colocar luz não só sobre esta essa questão, mas a todas as questões que envolvem as síndromes raras, doenças genéticas no município de São Paulo.

Matéria AUD 325/2026. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 13/10/2026 e juntado ao PL 752/2026 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768930.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 13/10/2026 15:56:53.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Expedito. Encerramos a palavra a todos os inscritos. Consulto se algum Vereador deseja fazer uso da palavra.

Tem a palavra, Vereadora Marina Bragante.

A SRA. MARINA BRAGANTE (PSB) – Bom dia, gente. Estamos falando do orçamento da cidade, temos de ter energia aqui.

Primeiro, quero agradecer a possibilidade de participar desta audiência. Agradecer a presença de todos. Eu, pós-eleições, fico muito mexida para entender o que está acontecendo com a política. O que acho prioritário. São as redes sociais ou é a discussão orçamentária do nosso município? Fico bem feliz que vocês estejam aqui, porque é aqui que decidimos o que vai impactar a vida de cada um de nós no próximo ano.

Eu tenho seis perguntas. Vou fazê-las rapidamente. A primeira é sobre a ampliação de 9% para 12% do remanejamento do limite de crédito. Por que ampliar de 9% para 12% o limite de créditos suplementares por decreto? Eu fico pensando que ampliar o remanejamento, para mim, e aí posso estar errada, diz respeito a uma dificuldade de planejamento. Porque, se estamos planejando a partir de dados, evidências, com uma Prefeitura que está aqui há pelo menos 5 anos e já conhece, reconhece a cidade, não necessariamente precisaria ter tantos recursos remanejados. Poderíamos saber aonde vai investir, porque me soa estranho ampliar a porcentagem de remanejamento com uma gestão que já conhece a cidade e tem os dados para podermos entender o que está acontecendo.

A segunda, diz respeito à reforma tributária. Eu nem sei se esse é exatamente o fórum, mas entendo que iremos ter um impacto bastante significativo no orçamento da cidade, e o Secretário já falou que a partir de 2029, mas é de responsabilidade de todos nós começarmos a nos organizar para isso. Gostaria de entender como a Secretaria e a Prefeitura estão se preparando para esses impactos? Porque, de fato, isso me assusta bastante. Precisamos ter um recurso investido para lidar com a falta de recurso que eu entendo que vamos ter, pelo menos no começo dessa reforma.

Matéria AUD 325/2026. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 13/10/2026 e juntado ao PL 752/2026 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768930.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 13/10/2026 15:56:53.

Terceira é sobre SPTrans. O investimento R$ de 3,13 bilhões de 2026 foi transferido para a SMT ou a Siurb? Quanto do aumento dessas Pastas são recursos novos? Eu não vou estar aqui na semana que vem para discutir Mobilidade, mas queria entender, desse montante que a Secretária apresentou, o quanto que isso efetivamente significa em aumento da frota elétrica? Eu sei que estamos com dois mil ônibus no montante - entre 11 e 13 mil no total de ônibus – e o Prefeito já saiu na semana passada dizendo o quão relevante isso é para a cidade e como esses ônibus se pagam. Gostaria de entender qual é a expectativa para o próximo ano de acréscimo dos ônibus elétricos nesse montante de recursos que a Secretária apresentou.

Quarta pergunta é sobre Cultura. Eu nem ia falar, exatamente, nessa audiência, porque eu ia deixar para a audiência temática, mas muita gente trouxe aqui o que está acontecendo com a Cultura, e o incômodo na previsão orçamentária. Então vou me juntar ao quórum das pessoas que vieram na audiência falar, entender por que zerar o Fundo Municipal de Cultura e cortar 44% da SP Cine, por exemplo. Cultura tem um papel muito relevante. Ela não pode ser entendida como espetáculos e shows, mas como um investimento do município na nossa Cultura, olhando para a periferia, olhando para o Centro e olhando para a cadeia necessária para o desenvolvimento da Cultura como política pública. E cortar tanto recurso me assusta e me preocupa.

A próxima é sobre o Fundurb. Qual é a premissa de arrecadação de outorga onerosa que explica a queda de 22,3%? E com essa queda, onde está a previsão para adaptarmos a nossa cidade à emergência climática, que para mim é um tema bastante relevante?

E por último, gostaria de entender qual é a metodologia do orçamento do idoso. Porque, fico curiosa para conseguir enxergar ele. Acho que é um avanço termos esse recorte, mas eu queria entender melhor a metodologia. E olhando o caderno, eu não consegui bater a informação do que vem, por exemplo, na Assistência Social para idoso, quando está na página da Assistência Social, com o orçamento do idoso. Então qual é a diferença? Porque eu não consegui entender e acho que isso é importante para nós que estamos aqui, deste lado da mesa, mas também para os que estão do outro lado. Obrigada.

Matéria AUD 325/2026. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 13/10/2026 e juntado ao PL 752/2026 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768930.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 13/10/2026 15:56:53.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Vereadora Marina. Há mais algum Vereador que queira fazer uso da palavra? (Pausa)

Não havendo, abro para as respostas da Secretaria Municipal de Planejamento e Eficiência. Não sei se a Casa Civil e o Tribunal de Contas do Município também desejam falar, mas vamos começar pela Secretaria Municipal de Planejamento e Eficiência.

O SR. FABIO RIVA – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Pela ordem, Vereador Fabio Riva.

O SR. FABIO RIVA – É a resposta do Executivo agora? Em razão do horário, vou me reservar de fazer a pergunta para a Secretaria Municipal de Planejamento e Eficiência sobre os orçamentos da Subprefeitura para uma próxima ocasião.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Vereador.

Acho que primeiro seria bom o TCM ter uma resposta para a pergunta da Vereadora Janaina Paschoal, não é?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Ah, foi para a Secretaria Municipal de Planejamento e Eficiência? Então, fique à vontade.

A SRA. CIBELE MOLINA – Bom, tenho uma série de anotações sobre as inúmeras perguntas que foram feitas. Vou esclarecer uma parte delas, mas claro que há um ciclo de mais de 20 audiências para entrarmos em detalhes, principalmente quando estamos falando do temático.

Vou começar falando do Orçamento Cidadão e da portaria da Seplan citada. A mudança que houve foi de metodologia. A população continua apresentando as propostas e o Conselho Participativo passa a fazer essa priorização. Lembrando, claro, que o Conselho Participativo também representa a população, pois os Conselheiros são eleitos pela população.

Vou seguir na temática de idoso e falar das calçadas, que foi um tema que apareceu bastante. Temos R$ 19,1 milhões na dotação de calçadões do Centro. Também a maioria dos recursos para calçadas vem do Fundurb. Independentemente das dotações e de qualquer

Matéria AUD 325/2026. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 13/10/2026 e juntado ao PL 752/2026 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768930.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 13/10/2026 15:56:53.

comparação, o importante é ressaltar que as dotações são maiores do que os valores empenhados nos anos anteriores. Quando falamos de calçada, temos de lembrar que há, muitas vezes, resistência de alguns comércios que acabam prejudicados durante a execução das obras. De qualquer maneira, as dotações para calçadas são sempre maiores do que os valores empenhados nos anos anteriores, que foi a capacidade da Prefeitura de executar essas dotações.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Pela ordem, Secretária.

Só me tire uma dúvida: o Fundurb não seria para revitalizar as comunidades? Não é calçada. Não seria isso? Acho que a resposta está um pouquinho contraditória.

A SRA. CIBELE MOLINA – O Fundurb cobre uma série de temas. Um deles é a mobilidade. Quando falamos de calçada, estamos falando de mobilidade e de caminhabilidade.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Acho que o principal objetivo do fundo seria revitalizar as comunidades. Acho que está um pouquinho... Acho que a calçada tem seu próprio fundo.

- Manifestação do público.

A SRA. CIBELE MOLINA – Certo, podemos esclarecer e rever essa dotação.

Seguindo com a temática idosa, uma questão levantada foram os ILPIs. Também houve aumento no orçamento da dotação na comparação de 2026 com 2027. Eu estou sempre falando da proposta da lei orçamentária, e não da LOA efetivamente aprovada pela Câmara. Então, no ILPI, subimos de R$ 92 milhões para pouco mais de R$ 100 milhões – R$ 101 milhões.

Isso acontece em todas as áreas citadas. Vou destacar algumas delas. SMADS – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – mais o Fundo Municipal de Assistência Social: subimos de 2,7 para 3,1 na PLOA 27; na função Direitos da Cidadania, que também foi muito colocado, subimos de 808 em 2026 para 814 em 2027; a Secretaria de Cultura e Economia Criativa, sozinha, subiu de R$ 905 milhões em 2026 para R$ 941 milhões em 2027. A função Cultura total soma R$ 1,1 bilhão. E aí, também, assim como na área de esportes, o orçamento sempre recebe muitas emendas.

Matéria AUD 325/2026. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 13/10/2026 e juntado ao PL 752/2026 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768930.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 13/10/2026 15:56:53.

Em atenção à fala da Vereadora Janaina, que já não está mais presente, destaco que houve aumento na proposta orçamentária para todas as 32 Subprefeituras de pelo menos 5%. Se somarmos as 32, o aumento é de 6,7%. Lembro também que a LDO prevê uma margem de remanejamento e de suplementação nos limites estabelecidos pela LDO, que foi votada e aprovada por esta Casa. A fala da Vereadora Janaina questionou as Subprefeituras e alguns órgãos e funções. Eu não vi os números em que ela se baseou. Acredito que foi uma comparação de LOA com PLOA e, em toda a minha fala, estou comparando PLOA com PLOA. De qualquer maneira, se houve essa diferença, há essa margem de remanejamento para isso.

Em relação aos ônibus elétricos, um dos últimos questionamentos da Vereadora Marina Bragante, com os financiamentos em andamento, temos uma capacidade de 1.500 ônibus elétricos. Isso não quer dizer que todos vão ser incorporados à frota já no próximo ano, porque isso depende de uma série de questões, inclusive dos ritmos de financiamento, de aprovações no Cofiex, por exemplo. De qualquer maneira, a nossa meta, prevista no Programa de Metas da cidade, é chegar a 2028 com 2.600 ônibus com matriz energética mais limpa, representando 20% da frota da cidade.

Bom, esclareci uma parte das dúvidas. Não dá para responder a todos os questionamentos, mas para isso há as próximas audiências temáticas e regionais. A Seplan estará presente em todas elas. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Secretária.

O SR. LUIS FELIPE VIDAL ARELLANO – Bom, obrigado a todos pelas perguntas. Vou me concentrar nos temas mais relacionados à Secretaria Municipal da Fazenda, nas questões envolvendo a projeção de receitas e, eventualmente, em algo relativo ao equilíbrio fiscal como um todo.

O primeiro ponto é sobre a reforma tributária, não é, Vereadora? Já tive a oportunidade de falar várias vezes sobre isso nesta Casa. Fizemos, salvo engano, há uns 2 anos, mais ou menos, um seminário nesta Casa sobre reforma tributária. A reforma ainda não tinha sido sequer aprovada e eu já falava sobre isso, sobre os impactos que a reforma traria para a

Matéria AUD 325/2026. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 13/10/2026 e juntado ao PL 752/2026 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768930.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 13/10/2026 15:56:53.

cidade de São Paulo.

A cidade de São Paulo é uma grande exportadora de bens e serviços para o resto do país, o que significa que ela se beneficia do desenho atual de repartição de receitas, que privilegia a arrecadação no local onde o produto e o serviço são produzidos, e não onde são consumidos. A reforma muda e inverte essa lógica, então o dinheiro passa a ser arrecadado onde o bem ou serviço efetivamente são consumidos. Isso faz com que a cidade perca recursos – estou dando esse detalhamento que certamente a Vereadora já sabe para que todos compreendam a discussão. Portanto, repito, tende a fazer com que a cidade perca recursos ao longo do tempo.

O legislador federal, sabendo que isso aconteceria em vários casos, não só na cidade de São Paulo, previu que essa passagem da arrecadação na origem para arrecadação no destino não seria feita de uma única vez, mas de modo paulatino, ao longo de 50 anos. Isso significa que a cidade de São Paulo não vai sofrer um impacto muito grande na sua arrecadação de uma única vez. E espera-se que uma parte dessa perda de arrecadação seja compensada por um aumento do PIB potencial, isto é, da velocidade com que cresce a economia brasileira como um todo. Isso poderia compensar uma parte dessa perda.

Na Secretaria Municipal da Fazenda, temos feito, com muito cuidado, as estimativas desses cenários futuros. Na nossa perspectiva, a chance de o crescimento econômico ser suficiente para compensar a perda de arrecadação da cidade é muito pequena. O que temos feito, portanto, é acompanhar muito de perto a implementação da reforma tributária e tentar, tanto quanto possível, influenciar as decisões de regulamentação que ainda existem para serem tomadas de maneira a minimizar ao máximo os impactos sobre a cidade de São Paulo.

É por isso que a cidade de São Paulo conseguiu eleger um representante dentro do Conselho Superior do Comitê Gestor do IBS, que ocupa hoje a primeira Vice-Presidência do Comitê Gestor e foi eleito por unanimidade pelos membros do Conselho Superior. É um reconhecimento tanto da importância da cidade de São Paulo para a economia nacional como um todo, quanto do fato de que São Paulo é um dos maiores afetados pela reforma tributária., e

Matéria AUD 325/2026. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 13/10/2026 e juntado ao PL 752/2026 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768930.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 13/10/2026 15:56:53.

estamos avaliando o quanto essa questão da implementação paulatina, junto ao ganho de eficiência que podemos ter na forma como prestamos alguns serviços, vai ser suficiente para fazer com que a cidade consiga atravessar esse período sem grandes problemas.

Se isso não for suficiente, a reforma tributária traz uma alternativa que é a possibilidade de uma fixação de alíquota diferente na cidade, isso para todas as cidades, não só para São Paulo, a ser aplicada em relação à alíquota de referência que vai ser divulgada pelo Senado Federal. E lá na Secretaria da Fazenda também estamos refinando os cálculos para avaliar qual seria essa alíquota, caso seja necessário.

E óbvio que essa é uma discussão que não depende do Poder Executivo, pois é uma discussão a ser feita com a sociedade paulistana, por meio da Câmara de Vereadores, para avaliar custos e benefícios de, eventualmente, ter uma alíquota aqui diferente da alíquota de referência. Esse é o trabalho que vem sendo feito. Mas ainda há muita incerteza em relação ao que vai acontecer.

Há muita expectativa positiva, há aqueles que destacam desafios e riscos; estamos acompanhando e tentando atuar em cima do que ainda existe de margem. Isso sobre reforma tributária.

Sobre a questão dos investimentos na eletrificação dos ônibus, a Sra. Secretária Cibele Molina já comentou. Esse é um investimento que temos feito sobretudo por meio de operações de crédito, e existe uma razão financeira para fazermos isso. Primeiro, porque nesse tipo de investimento há muitos recursos no mundo disponíveis para essa transição, então conseguimos captar recursos com taxas e prazos de pagamento bastante benéficos. Segundo, esse é um investimento que, embora pesado, num primeiro momento, tende a se pagar ao longo do tempo. É exatamente o que estamos fazendo: a subvenção da diferença entre o preço dos ônibus a *diesel* e dos ônibus elétricos.

Esse pagamento é feito direto para os fabricantes no momento da entrega dos veículos, não passa pelas concessionárias. Conseguimos, com isso, reduzir o custo de manutenção e de operação desses ônibus ao longo do tempo, além do impacto na saúde, que é até difícil de mensurar, mas que existe, sabemos. Mas só a redução do custo de manutenção e de operação já é suficiente para pagar as taxas de juros das operações de crédito que estamos fazendo.

As operações que já foram contratadas asseguram pelo menos mais mil ônibus. Digo “pelo menos” porque varia um pouco em função do câmbio que conseguiremos ter no momento da entrada dos recursos e, também, da evolução do preço dos ônibus. Mas acreditamos em pelo menos mais mil ônibus

Matéria AUD 325/2026. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 13/10/2026 e juntado ao PL 752/2026 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768930.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 13/10/2026 15:56:53.

só com o que já está contratado, e aquilo que está na fila para ser contratado completam mais os 500, que a Sra. Secretária mencionou, para chegar em 1.500.

Por fim, a questão da arrecadação do Fundurb. Estamos trabalhando com uma expectativa de redução da arrecadação do Fundurb, no próximo ano em relação a este ano.

Temos que observar que vimos de anos que tivemos um desempenho muito bom da arrecadação de outorga onerosa por conta do desempenho do mercado imobiliário na cidade de São Paulo. É até surpreendente esse desempenho, considerando o contexto geral da economia nacional, com taxa de juros alta. É esperado que, em algum momento, esse desempenho de agora começasse a ter uma desaceleração. E é o que estamos imaginando para o ano que vem.

Vemos já uma diminuição no número de protocolos de novos projetos. Também observamos o número do estoque, o tamanho do estoque de imóveis prontos subindo nas incorporadoras. Acreditamos que deve ter uma desaceleração para o próximo ano. Isso levaria a essa arrecadação menos exuberante do Fundurb. Então são essas considerações gerais.

A SRA. MARINA BRAGANTE – Sr. Secretário, o senhor pode só responder sobre o remanejamento, também, de 9% a 12%?

O SR. LUIS FELIPE VIDAL ARELLANO - Sim, a Sra. Secretária Cibele comentou que essa alteração foi feita na LDO, de 9 para 12. É um mecanismo que busca dar uma flexibilidade maior para o Poder Executivo fazer ajustes eventualmente necessários. Às vezes, ajustes que não implicam, necessariamente, numa mudança de recurso entre políticas públicas, mas numa mudança de categoria de despesa para uma outra, sem ter que apresentar um projeto de lei para a Câmara.

Há vantagens e desvantagens. Uma das desvantagens é conceder uma liberdade maior para o Poder Executivo mexer no orçamento. Uma das vantagens é conferir uma maior agilidade na execução do orçamento. É um orçamento gigantesco, o terceiro maior orçamento do país, só perde para a União Federal e para o estado de São Paulo. Então é muito complexa a execução, como todo mundo sabe, e essa agilidade tem se mostrado, nos últimos anos, como necessária para que consigamos dar uma resposta rápida para a população quando observamos que o orçamento necessita de algum ajuste.

Mas essa é uma discussão legítima de ser feita na Câmara para ver qual é o espaço adequado a ser dado para o Poder Executivo dessa discricionariedade.

Matéria AUD 325/2026. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 13/10/2026 e juntado ao PL 752/2026 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768930.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 13/10/2026 15:56:53.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Sr. Secretário. Há uma pergunta do munícipe sobre o PPA, das 173 entregas. Acho que seria para o Sr. auditor, Luciano Teixeira, não é isso?

O SR. LUCIANO TEIXEIRA - Especificamente em relação ao TCM, tivemos algumas manifestações dos Srs. Marcelo e Gilberto, que comentaram e que pediram mais fiscalização do TCM. Atuamos, não só agora, no projeto de lei, mas falo da Coordenadoria 1, que fiscaliza as contas municipais, e de outras coordenadorias da área técnica do Tribunal que trabalham diversas temáticas lá dentro. São trabalhos concomitantes, como análises digitais, que têm propiciado uma economia da casa de bilhões para a Prefeitura.

Há outros trabalhos sendo desenvolvidos, de execução contratual, de asfalto, gasto com educação e com saúde. De qualquer forma, levarei essa demanda dos senhores para o nosso Tribunal sobre essa necessidade de mais fiscalizações.

Em relação ao Sr. Marcos, foi um questionamento a respeito de um relatório de coesão. O Tribunal de Contas, nos meados de novembro do ano passado... inclusive participamos da audiência pública do PPA e do PLOA para 2026. Acredito que esse relatório disponibilizado para a Comissão atenda ao questionamento do senhor. Eventualmente, se não houver nenhum tipo de achado no sentido dessa ausência, desse relatório de coesão, é porque não foi escopo do trabalho.

Assim que finalizada a audiência, passarei o número do processo para o senhor para ver se acessa pelo *site* do Tribunal de Contas.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. LUCIANO TEIXEIRA - Perfeito.

Por fim, uma senhora - me desculpe, não anotei o nome dela - perguntou sobre a publicidade dos relatórios do TCM.

No *site* do TCM, há publicação de diversos relatórios, acredito que lá contém algum tipo de informação, ou a informação que essa senhora necessita. Peço desculpas por não ter anotado o nome dela.

E reforçando o compromisso do Tribunal de não só atuar no projeto de lei, especificamente, mas também de ir até os representantes em todas as audiências públicas, com a presença de auditores acompanhando as audiências.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Por favor, Sra. Secretária.

Matéria AUD 325/2026. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 13/10/2026 e juntado ao PL 752/2026 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768930.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 13/10/2026 15:56:53.

A SRA. CIBELE MOLINA - Vou pedir para a assessoria da Seplan pegar o contato do Sr. Marcos para enviar todos os documentos que ele solicitou e para guiá-lo nessa procura. Estamos à disposição e absolutamente transparentes. Enviaremos tudo que o senhor solicitou.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Sra. Secretária, e me desculpe por falar do Fundurb, pois não podemos deixar passar, sabemos como as comunidades são, então temos que falar.

Eu queria só informar mais sobre o PL 752/2026, do Orçamento 2027. É só acessar o endereço, no *hotsite* abaixo. Voi colocar aqui. Está no nosso *site* agora, ou na nossa TV do Salão Nobre, e também no www.saopaulo.sp.leg.br/orçamento2027/entenda/. Todas as apresentações estarão presentes nesse *site*, para quem quiser acessar.

Informo que a audiência de hoje, dia 7/10, está acabando agora, e que a próxima será dia 14/10/2026, quarta-feira, das 10h ao meio-dia, no auditório Prestes Maia, no primeiro andar, Viaduto Jacareí. A temática será mobilidade. Estão convidados o Sr. Secretário Municipal de Subprefeitura, o Sr. Secretário Municipal de Mobilidade Urbana e Transportes, a SP Trans e a CET.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Também Planejamento, que pedimos para comparecer em todas. Em todas elas, estamos pedindo para virem ouvir bastante os munícipes.

Em 17 de outubro, sábado, a 1ª. Audiência Pública Regional será fora da Casa do Povo. Será no Candora CEU São Rafael, EMEF Candida Dora Pino Pretini, à rua Cinira Polônio, nº 100, que fica no Conjunto Promorar Rio Claro, Regional Leste. Quem quiser comparecer agradecemos e pedimos para convidarem a população a participar. O horário é às 10h, você vai ter de acordar às três da manhã para chegar lá. Reunirá as Subprefeituras: Vila Prudente, São Mateus, Sapopemba, Cidade Tiradentes, Mooca, Aricanduva, Formosa e Carrão.

Acho que nessas localidades é muito importante que a população local participe e divulgue. Muitas vezes, vamos a esses espaços e há pouca participação dos cidadãos. Por isso é importante que seja mais direto para termos tempo de responder. Às vezes perdemos muito tempo e acabamos não respondendo. Então é fundamental o comparecimento para termos,

Matéria AUD 325/2026. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 13/10/2026 e juntado ao PL 752/2026 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768930.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 13/10/2026 15:56:53.

realmente, as respostas dos secretários.

Já em 21 de outubro, quarta-feira, acontecerá nesta Casa, no auditório Prestes Maia, no 1º andar, Viaduto Jacareí, com a 2ª. Audiência Temática - Segurança. Além do Planejamento, está convidada a Secretaria Municipal de Segurança Urbana e também o Secretário de Segurança Pública e a GCM. Todos convidados.

A audiência seguinte será em 27 de outubro de 2026, numa terça feira, no período das 10h às 15h, neste mesmo salão, o Salão Nobre Presidente João Brasil Vita, no 8º andar, no endereço da Câmara Municipal, Viaduto Jacareí, nº 100. A 3ª Audiência Temática abordará Proteção Social e Cidadania Plena. Convidados: Planejamento e também a Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Social, e ainda a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência. Esta será a nossa terceira temática.

Vou adiantar sobre o dia 28 de outubro, que é uma quarta-feira. A audiência será a 4ª. Temática: das 10h às 12h no auditório Prestes Maia, 1º andar da Câmara Municipal, no Viaduto Jacareí, nº 100. A abordagem será: Mudanças Climáticas. Convidadas as Secretarias Executiva de Mudanças Climáticas, Planejamento, Verde e Meio Ambiente, de Mobilidade Urbana e Transporte.

Em 4 de novembro de 2026, outra quarta-feira, haverá a nossa 5ª. audiência, que será no auditório Prestes Maia, no 1º andar da Câmara Municipal, Viaduto Jacareí, nº 100. Neste caso, a temática será Educação. Convidadas as Secretarias de Planejamento e de Educação.

Para a temática Habitação, será realizada audiência em 5 de novembro, quinta-feira, no Salão Nobre Presidente João Brasil Vita, no 8º andar da Câmara Municipal. É nossa 6ª. audiência e estão convidadas as Secretarias: de Habitação; de Urbanismo e Habitação – SMUL; Executiva do Programa de Mananciais; de Planejamento; e a Cohab.

E acontece em 7 de novembro de 2026, sábado, no CEU Casa Blanca – Professor Solon Borges dos Reis, a 2ª Audiência Regional, a Regional Sul. O endereço é rua João Damasceno, nº 85. Além da Secretaria de Planejamento, estarão presentes representantes das

Matéria AUD 325/2026. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 13/10/2026 e juntado ao PL 752/2026 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768930.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 13/10/2026 15:56:53.

Subprefeituras de: Campo Limpo, M´Boi Mirim, Santo Amaro, Capela do Socorro, Cidade Ademar, Jabaquara, Parelheiros, Ipiranga e Vila Mariana.

Já no dia 10 de novembro, terça-feira, no mesmo Salão Nobre, a temática desta que será a 7ª. audiência vai ser Cultura, e estarão convidadas, além da Secretaria de Planejamento, a Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa, a Fundação Theatro Municipal de São Paulo e a SP Cine.

Estou falando todas as agendas para que não tenhamos dúvida.

Na mesma terça-feira, 10 de novembro de 2026, das 19h às 22h, acontece a 3º Audiência Regional, que será no CEU Butantã – Professora Elizabeth Gaspar Tunala, na avenida Engenheiro Heitor Antônio Eiras Garcia, nº 1870, Jardim Esmeralda. Reunirá as regionais Oeste e Centro, quando são convidadas as Subprefeituras de: Butantã, Lapa, Pinheiros e da Sé, lembrando que também foi chamada a Secretaria do Planejamento.

Em 11 de novembro, quarta-feira, das 10h às 12h, nossa audiência será a 8º temática e acontecerá no auditório Prestes Maia, no 1º andar da Câmara Municipal, no Viaduto Jacareí, nº 100, cuja temática será Esporte e Lazer. Neste caso, abrimos esse tema porque o pessoal questionou e este ano o discutiremos também com a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer e a Secretaria de Planejamento.

Já em 12 de novembro, que é uma quinta-feira, das 10 às 11h30, nesta Casa, no auditório Prestes Maia, no 1º andar, teremos a 9ª Audiência, com a temática: Qualificação Profissional, Emprego e Renda, com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, a Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura e, claro, a Secretaria de Planejamento.

Logo em seguida a essa audiência, realizamos a 10ª audiência pública, neste mesmo dia e auditório, porém a partir das 11h30 até 14h, e desenvolveremos a temática Ambiente de Negócios, Modernização e Inovação, ao lado das Secretarias de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, de Relações Internacionais, de Tecnologia e Inovação, além da Secretaria Executiva de Desestatização e Parcerias, a Agência São Paulo de Desenvolvimento - ADE SAMPA; e, mais

Matéria AUD 325/2026. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 13/10/2026 e juntado ao PL 752/2026 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768930.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 13/10/2026 15:56:53.

uma vez, a Secretaria de Planejamento.

Na terça-feira, 17 de novembro, das 10h às 13h, no auditório Prestes Maia, no 1º andar da Câmara Municipal, no endereço Viaduto Jacareí, nº 100 a nossa reunião é a 11ª Audiência Temática que vai abordar Saúde e Bem-Estar. Estarão conosco a Secretaria Municipal de Saúde, Hospital do Servidor Público Municipal e também a Secretaria de Planejamento.

Para 18 de novembro, quarta-feira, das 10h às 13h, no auditório Prestes Maia da Câmara Municipal, no mesmo endereço, Viaduto Jacareí, nº 100, a audiência será a 12ª Temática sobre os assuntos: Transparência, Participação Cidadã, Governo Ágil e Acessível a Todos. Estarão conosco a Controladoria Geral do Município – CGM, a Secretaria Municipal de Gestão, a Procuradoria-Geral do Município, o Instituto da Previdência Municipal e também a Mesa Diretora da Câmara Municipal de São Paulo. Todos envolvidos com o tema.

Na data de 24 de novembro, terça-feira, no auditório Prestes Maia, no 1º andar da Câmara Municipal, Viaduto Jacareí, nº 100, a temática dessa que será a 13ª audiência pública é Requalificação Urbana, Infraestrutura e Integração, com as Secretarias de Subprefeituras; de Infraestrutura Urbana e Obras e de Planejamento.

Ainda em 24 de novembro, terça-feira, mas à noite, das 19h às 22h, acontece a nossa 4ª Audiência Pública Regional no CEU Freguesia do Ó – Esperança Garcia, que fica à rua Crespo de Carvalho, nº 71, no parque São Luís. A audiência será voltada à zona Norte e contará com as Subprefeituras de Casa Verde, Limão e Cachoeirinha, bem como da Freguesia do Ó-Brasilândia, e ainda Jaçanã-Tremembé; Perus-Anhanguera; Pirituba-Jaraguá; Santana-Tucuruvi; da Vila Maria e da Vila Guilherme.

Voltamos à Câmara Municipal em 25 de novembro, quarta-feira, no auditório Prestes Maia, no 1º andar, endereço Viaduto Jacareí, nº 100, com a 14ª Audiência Temática: Turismo e Economia Criativa, com a Secretaria Municipal de Turismo, a SP Turis e a de Planejamento que, tenho certeza, estará em todas.

Na quinta-feira, 26 de novembro, das 10h às 15h, realizaremos a 2ª Audiência Pública Geral. Será no Salão Nobre Presidente João Brasil Vita, da Câmara Municipal, no 8º

Matéria AUD 325/2026. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 13/10/2026 e juntado ao PL 752/2026 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768930.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 13/10/2026 15:56:53.

andar, Viaduto Jacareí, nº 100, e teremos como convidadas as Secretarias: Executiva de Planejamento e Eficiência, da Fazenda, bem como o Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

E a 5ª. Audiência Pública Regional será em 28 de novembro, sábado, das 10 às 13h, no CEU Vila Curuçá – Irene Ramalho, à avenida Marechal Tito, nº 3452, Vila Curuçá, no extremo da zona Leste. Estarão conosco as Subprefeituras de Ermelino Matarazzo, Itaim Paulista, Penha, São Miguel Paulista, Guaianases e Itaquera.

Todos estão convidados a participar das audiências.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Terá antes e já falamos. Então todos convidados. Tentamos descentralizar um pouco para os munícipes participarem. E repito: será importante que todos estejam presentes, porque sem a população não tem discussão do orçamento da cidade de São Paulo.

A SRA. JANAINA PASCHOAL – Pela ordem, Presidente, V.Exa. me concede 30 segundos?

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Por favor.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - Só queria fazer um esclarecimento: quando apontei a diferença dos orçamentos, em especial com relação às subprefeituras e a Sra. Secretaria informou que, na verdade, houve aumento. Tenho, de um lado, o material do Executivo e, de outro, o estudo feito pela área técnica da Casa. Se compararmos a proposta que chegou a esta Casa para o orçamento de 26, confere com o que disse a Sra. Secretária, ou seja, realmente o Executivo propôs um valor em 26, e se compararmos com o valor proposto para 27, houve aumento em todas as propostas.

Porém, a área técnica da Casa se baseou no que foi aprovado como o orçamento de fato para as subprefeituras. E com relação ao orçamento aprovado, houve uma queda significativa. Esse é um ponto importante a esclarecer. E aproveito para destacar, também baseando-me na área técnica da Casa, que, em muitos casos, as subprefeituras não

Matéria AUD 325/2026. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 13/10/2026 e juntado ao PL 752/2026 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768930.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 13/10/2026 15:56:53.

conseguiram executar todo o orçamento aprovado.

Muitas vezes, o "não gasto" pode implicar economia, ou seja, um perfil enxuto, econômico e eficiente ou a incapacidade de aplicar. E pelo que acompanho nos bairros, sobretudo no que concerne à zeladoria, vejo que precisamos rever a atuação...

- Manifestação na plateia.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - ...porque a Casa conseguiu dar um orçamento bom, mas as subprefeituras não conseguiram executar. Não estou generalizando, mas foi a esmagadora maioria, pelo que a área técnica apresentou. E, é óbvio. O Executivo propõe de novo menos; não menos do que foi proposto, Sra. Secretária, mas menos do que foi aprovado.

É só um esclarecimento porque acredito ser este olhar importante para nortear os diálogos nas nossas próximas audiências públicas. Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Vereadora.

Nada mais havendo a tratar, encerro a nossa primeira audiência pública, deste ano, do Orçamento. Obrigado a todos.

Matéria AUD 325/2026. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 13/10/2026 e juntado ao PL 752/2026 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=768930.